Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Thiago Machado Rodrigues

Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade

Mestrado em Administração

São Paulo

2017

Thiago Machado Rodrigues

Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.
Orientação: Prof. Dr. Arnaldo José França Mazzei Nogueira

Mestrado em Administração

São Paulo

2017

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

AGRADECIMENTO

Ao meu orientador, Prof. Dr. Arnaldo Mazzei Nogueira pela paciencia, dedicação e principalmente pelos ensinamentos.

À Thaiza Lima, por seu eterno apoio, dedicação, amor e parceria, sem os quais seria impossível realizar este trabalho.

Ao Paulo Gustavo, meu pai, que hoje não está entre nós para presenciar esta conquista, porém estará sempre presente em meus pensamentos, assim como tudo o que me ensiou durante a vida.

À Marisa Machado, por toda uma vida dedicada a mim, por seu amor incondicional e eterno cuidado, que resultaram no que sou hoje e no que serei no futuro.

À Rosa e ao Helio, por todo apoio, dedicação e por terem se tornado minha família, da qual tenho muito orgulho.

Aos Profressores Leonardo Trevisan e Luciane Tudda pelas valiosas contribuições em minha banca de qualificação.

Aos Professores Leonardo Trevisan, Belmiro do Nascimento João, Alexandre Las Casas, Neusa Maria Bastos, Luciano Junqueira e Fabio Gallo pelos ensinamentos durante o Mestrado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), instituições que proporcionaram este curso.

RESUMO

Recorrentes crises econômicas impactam a sociedade atual em diversos aspectos. Neste cenário, as nações são altamente afetadas pelo desemprego, que por sua vez é uma das principais características do atual sistema econômico capitalista. Em conjunto, inovações trazidas por novos modelos de produção e gestão, impulsionados pela revolução da microeletrônica e da tecnologia da informação, também influenciam na criação ou redução de postos de trabalho. O desemprego abrange a sociedade como um todo, porém alguns grupos são mais afetados, como a juventude. Os jovens da atualidade buscam a inserção no mercado de trabalho sem experiência e qualificação, justamente em um cenário em que, segundo pesquisas, 50% dos empregadores solicitam experiência na função como pré-requisito de contratação. Utilizando uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, o presente trabalho buscou como objetivo principal identificar os diferentes aspectos que envolvem as particularidades dos jovens brasileiros e os principais fatores que envolvem a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho atual. Para isso, foi abordado o desenvolvimento histórico da evolução do trabalho e suas interações com o sistema capitalista, assim como as principais alterações nas relações de trabalho, onde foram discutidas as projeções do trabalho no futuro da sociedade e os impactos causados pelas novas formas produtivas e a tecnologia da informação. Foram abordados temas relacionados com a interação dos jovens com a educação e o mercado de trabalho no Brasil. Discutiu-se o que é hoje a juventude brasileira e a qualidade da educação disposta aos indivíduos deste grupo, assim como a sua abrangência na população jovem do Brasil. Por meio de uma ampla utilização de dados secundários dos principais órgãos de pesquisas sociais nacionais, realizou-se uma análise do emprego e do mercado de trabalho brasileiro, evidenciando os aspectos influenciadores do desemprego jovem, onde se conclui que o jovem brasileiro não se insere no mercado de trabalho principalmente por falta de experiência, qualificação e ausência de postos de trabalho.

Palavras-chave: desemprego, juventude, mercado de trabalho, tecnologia da informação.

ABSTRACT

Nowadays, society has been suffering from recurring economic crises in many ways. In this scenario, countries are greatly affected by unemployment which, in turn, is one of the main features of the current capitalist economic system. Furthermore, innovations brought by new production and management models driven by the microelectronics and information technology revolution also foster the creation or reduction of jobs. Unemployment hits society as a whole, but the youth of today is one of its levels which are most affected. Currently, young people seek their insertion into the labor market without any experience and qualification in a scenario in which, according to data from surveys, 50% of employers require hands-on experience as a prerequisite for employment. Through a qualitative and exploratory approach, the present study aimed to identify different aspects involving young Brazilians' particularities and the main factors involving their insertion into the current labor market. For such a purpose, the historical development of labor evolution and its interactions with the capitalist system have been addressed, as well as the major changes in employment relationships, through which labor projections as to the future of society and the impacts caused by new forms of production and information technology were discussed. Issues concerning the interaction of young people with education and the labor market in Brazil were also addressed. The present Brazilian youth population and quality of education provided to such individuals, as well as its scope, were also discussed. Through an extensive use of secondary data from main national social survey agencies, an analysis of the labor market in Brazil has been conducted by highlighting aspects that lead to youth unemployment. In conclusion, young Brazilians are not inserted in the labor market mainly on account of lack of experience, qualification and jobs.

Keywords: unemployment, youth, labor.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa por situação de estudo e sexo 48

Gráfico 2: Internet: locais de acesso na escola (2015) 51

Gráfico 3: Acesso ao Wi-Fi nas Escolas Públicas e Privadas (2015) 51

Gráfico 4: Uso de Internet no Celular nas Escolas Públicas e Privadas (2014 e 2015) 52

Gráfico 5: Comportamento do Emprego Formal nos meses de agosto 65

Gráfico 6: Taxa de desemprego total (em %) Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Julho/15, Junho/16 e Julho/16 66

Gráfico 7: Taxa de Desocupação - Brasil (em %) 2014 a 2016 (% da força de trabalho) 67

Gráfico 8: Índices de desemprego entre jovens por nível educacional – 2013 72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População jovem, por cor/raça e área (urbana/rural) 45

Tabela 2: População jovem, por situação conjugal, grupo de idade e sexo 46

Tabela 3: População Jovem Que Já Frequentou A Escola 46

Tabela 4: Frequência à escola, por grupos de idade e sexo 47

Tabela 5: Motivos de ter abandonado a escola, por área (urbana/rural) e sexo: 48

Tabela 6: Anos de Estudo – Brasil – 2006/2013 55

Tabela 7: Anos de Estudo Por Renda – Brasil – 2006/2013 56

Tabela 8: Proporção De Jovens Com Ensino Médio E Ensino Superior, Por Renda – Brasil – 2006/2013 56

Tabela 9: Taxa de desocupação – Brasil – 2012/2016 56

Tabela 10: Desemprego entre jovens, definição estrita e ampliada, e desalento 68

Tabela 11: Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013 71

Tabela 12: Desempregados por principais obstáculos para arrumar um emprego, por sexo (%)..... 73

Tabela 13: Aspectos relevantes na experiência de trabalho (%) 73

LISTA DE SIGLAS

CAGED –	Cadastro Geral de Empregos e Desempregados
CREDUC –	Crédito Educativo
DIEESE –	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EUA –	Estados Unidos da América
FIES –	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONATEC –	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI –	Programa Universidade para Todos
RM's –	Regiões Metropolitanas
SEBRAE –	Serviço Brasileiro De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas
SEBRAE-SP –	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo
SELIC -	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
TET –	Programa Internacional De Pesquisa Sobre a Transição da Escola Para o Mundo do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO **19**

1.1 Evolução do trabalho e do capitalismo na sociedade **19**

1.2 Impactos da flexibilização nas relações de trabalho **28**

1.3 Empregos na era informacional **31**

1.4 Evolução do trabalho e do emprego no Brasil **35**

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NO BRASIL **43**

2.1 Conceito de juventude **43**

2.2 A juventude Brasileira **45**

2.3 A geração y e os jovens: jovens ou geração y? **52**

2.4 A educação dos jovens no Brasil **62**

CAPÍTULO 3 - JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL **62**

3.1 A evolução dos paradigmas do emprego para os jovens no contexto brasileiro **62**

3.2 Os jovens e o desemprego no Brasil **64**

3.3 Os causadores do desemprego dos jovens **70**

CONCLUSÃO **78**

REFERÊNCIAS **83**

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa

Diversos aspectos desenham o cenário atual da atuação profissional dos jovens. O modo como se dá a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho vem sofrendo inúmeras mudanças mediante alguns paradigmas atuais como: alterações nas características do mercado de trabalho, requisitos básicos para contratação do profissional e avanços na tecnologia da informação. Portanto, quais são os fatores que estão causando estas alterações e como eles impactam na inserção dos jovens no mercado de trabalho?

Presencia-se hoje no mundo atual a ascensão do sistema capitalista, que se altera constantemente, moldado por particularidades econômicas, políticas e sociais. Diversas características do atual sistema capitalista são originárias do declínio do fordismo, que se deu principalmente devido ao rompimento de padrões e práticas produtivas rígidas, que foram deterioradas mediante inovações trazidas por novos modelos de produção e gestão, impulsionados pela revolução da microeletrônica e da tecnologia da informação (HARVEY, 1993; SENNETT, 1999; NOGUEIRA, 2007). Um expoente deste novo paradigma produtivo foi o Sistema Toyota de Produção, que reinventou todo o sistema produtivo executado na época, onde a fabricação dos produtos focada em qualidade passa a priorizar a eficiência, produzindo de acordo com a demanda, uma produção flexível.

Tais alterações do toyotismo não foram apenas referentes ao âmbito produtivo. Neste novo sistema a exigência das empresas perante os trabalhadores também foi alterada, pois, enquanto que no fordismo os funcionários tinham uma função especifica e rígida, no toyotismo (ou pós-fordismo) os mesmos passam a desempenhar várias funções em diferentes áreas, conforme necessidade das empresas.

Esta ampla flexibilização no âmbito produtivo, operacional e trabalhista impacta também o sistema econômico dos países. O atual sistema capitalista modifica a sociedade de diversas maneiras, principalmente nas relações de trabalho. Dessa forma, como tais alterações nas relações de trabalho irão impactar os jovens contemporâneos em sua busca pelo emprego?

Diversos autores discutem os paradigmas do sistema econômico mundial. Harvey (1993) ressalta que o fordismo tornou-se rígido demais para suportar adversidades econômicas, enquanto que, em contrapartida, a acumulação flexível se adequa a situações de

incerteza do mundo atual, ascendendo assim um modelo produtivo em sincronia com cenário instável da economia mundial.

Um novo formato de sistema produtivo e econômico pode afetar os mais diversos aspectos da sociedade. O capitalismo reestruturado, pautado pela flexibilização, evidencia um clima favorável aos negócios e à acumulação capitalista, não importando as consequências que possam vir a ocorrer no emprego e na sociedade. As reivindicações trabalhistas e os interesses particulares dos indivíduos são menosprezados pela flexibilização e precarização do trabalho. Desprovidos de experiência profissional e muitas vezes de bagagem acadêmica, muitos jovens tornam-se reféns da precarização do trabalho e da flexibilização.

A flexibilidade é a característica primordial da sociedade da informação. Castells (1999) aponta que o aumento excessivo de flexibilidade faz com que os trabalhadores percam gradativamente a proteção institucional e com isso ficam cada vez mais dependentes de condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante.

Não obstante, Sennett (1999) retrata que a flexibilização causa a extinção do longo prazo nas relações de trabalho, fazendo com que os projetos sejam planejados sempre a curto prazo, fator que irá influenciar para a "corrosão do caráter" dos indivíduos. Neste novo conceito de capitalismo, trabalhado pelo autor como capitalismo flexível, as formas rígidas de burocracia são questionadas, assim como os malefícios trazidos pela rotina dos trabalhadores. O conceito de capitalismo flexível impõe aos trabalhadores que sejam ágeis e que estejam sempre abertos a mudanças repentinas, assumindo riscos continuamente. Tais aspectos são cada vez mais comuns no mundo atual, portanto para obter sucesso na sua carreira, desde a inserção no mercado de trabalho até a aposentaria, os trabalhadores devem se acostumar com as estas novas tendências.

Diversos fatores impactam na inserção destes jovens no mercado de trabalho, como falta de experiência profissional e acadêmica. Segundo Pochmann (2007), o capitalismo global é um novo formato do sistema capitalista que surge principalmente na transição das sociedades industriais no final do século XX, onde diversas alterações impactaram nos pré-requisitos solicitados para inserção de indivíduos no mercado de trabalho, principalmente os aspectos relacionados a conhecimento técnico e acadêmico.

As exigências profissionais e pessoais impulsionadas pelo capitalismo global e pela flexibilidade impactam diretamente a inserção no mercado de trabalho dos jovens, sendo que muitas vezes estes indivíduos não possuem as ferramentas necessárias para atender aos requisitos básicos de contratação, resultando assim na marginalização de muitos destes jovens.

A atuação profissional em funções e setores específicos está sendo extinta, cedendo lugar para profissionais que desempenham diversas funções concomitantemente, com uma visão geral da organização. Para atingir tal adequação, os jovens que almejam um espaço dentre as poucas possibilidades de emprego existentes hoje, necessitam de um apurado conhecimento técnico e acadêmico a respeito da função que pretendem exercer.

Quanto menor a renda do jovem, mais difícil se torna sua qualificação, e consequentemente a iniciação no mercado de trabalho. Lucio e Sochaczewsk (1999) apontam inclusive que para que consiga atingir um bom desempenho em qualquer função, o trabalhador deve ter habilidades que são desenvolvidas também no processo de formação básica. Portanto, é necessário que o jovem tenha acesso a ferramentas para adquirir uma formação básica, que resulte em um bom desempenho profissional.

Diante do baixo investimento público na formação dos jovens, as poucas oportunidades de emprego ficam e sua maioria dispostas aos privilegiados que possuem condições de pagar por uma formação particular. Tais princípios demonstram o quanto é de extrema importância o entender como a escolaridade e a educação interferem no emprego e na empregabilidade dos jovens.

Diversos estudos buscam compreender as particularidades que influenciam na inserção dos jovens no mercado de trabalho atualmente, contudo grande parte destes estudos ainda utiliza o conceito de Geração Y para definir os jovens. Porém, Geração Y é um conceito que pode não abranger a população jovem como um todo, pois, dentre outras características, esta geração é formada por indivíduos que sofreram alto impacto tecnológico em sua formação. Contudo, em um país repleto de desigualdades educacionais como o Brasil, muitas escolas possuem sequer um computador para o deleite de seus alunos, sendo assim, será que a juventude atual brasileira pode ser classificada como interinamente geração Y?

A compreensão da fase jovem a partir de seus aspectos sociais, culturais e históricos é fundamental quanto o assunto envolve política de trabalho e emprego. É necessário o reconhecimento da importância da relação jovem e trabalho, e a interação entre a juventude e as atuais políticas de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Sobretudo, a busca pelo primeiro emprego é ainda mais dificultosa e esta dificuldade maior se dá principalmente em razão da mão de obra excedente, fazendo com que os jovens com menos experiência e conhecimento fiquem em desvantagem, consequentemente assumindo funções inferiores e recebendo salários menores.

O mundo globalizado impacta em todas estas alterações discutidas a respeito dos jovens e do mercado de trabalho. Dessa maneira podemos visualizar mais facilmente os

resultados destes impactos nas grandes cidades, ou metrópoles, pois estas são geralmente as primeiras a serem afetadas pela globalização.

Telles (2006) discute as particularidades relacionadas aos caminhos sempre instáveis dos mais jovens no mercado de trabalho e pontua:

> [...] realizam uma experiência da cidade tensionada entre a brutalidade das desigualdades e a sedução encantatória do moderno mercado de consumo, em um jogo ambivalente de possibilidades e bloqueios para o acesso a uma vida urbana ampliada. (TELLES, 2006, p. 177).

O jovem hoje está envolto em dois principais problemas sociológicos. O primeiro problema esta relacionado com a delinquência, comportamento de risco e a relação com as drogas. O segundo problema, não menos relevante, seria a questão da tematização da juventude como fase transitória para a vida adulta, onde existe o conceito de uma obrigação imposta para que o jovem se torne um adulto ajustado e produtivo (CASTRO; AQUINO, 2008).

Tais fatores, como inovações trazidas por novos modelos de produção e gestão, revolução da microeletrônica e da tecnologia da informação, transformações no mercado e nas relações de trabalho demonstram a alta relevância do tema abordado neste trabalho, pois trata indivíduos que são diretamente impactados por diversos paradigmas sociais e culturais, imersos em um mundo instável e repleto de transformações, buscando a oportunidade de uma vida profissional digna e produtiva.

Diante de tantas alterações nas organizações e nas relações de trabalho, a questão desta pesquisa resume-se no entendimento de como os jovens brasileiros estão se adaptando e interagindo com tais evoluções, e quais são os principais obstáculos que os indivíduos deste grupo enfrentam para conquistarem seu espaço no mercado de trabalho.

Objetivos da pesquisa

Inúmeras alterações no âmbito do emprego e do mercado de trabalho ocorrem no mundo atual mediante novos métodos produtivos, a reestruturação flexível e no atual sistema capitalista. Tais fatores influenciam inserção dos jovens no mercado de trabalho. Desta forma, este estudo busca investigar a situação da juventude no mercado de trabalho no contexto do capitalismo flexível.

Imersos em um mundo flexível e dinâmico, os jovens almejam oportunidades em um mercado de trabalho complexo e competitivo, onde a formação de qualidade é crucial para a

inserção no mercado de trabalho. Tratando-se de um país repleto de desigualdades como o Brasil, as lacunas entre uma educação de qualidade e uma educação precária são expressivas. Portanto, este estudo busca expor as principais dificuldades da inserção dos jovens no mercado de trabalho, para isso serão buscados os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar as transições capitalistas e indicar as condições atuais do mercado de trabalho no qual os jovens estão inseridos;
- Identificar os elementos que compõem a juventude como grupo social (renda, escolaridade, informação) e os fatores que influenciam diretamente a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho;
- Compreender as causas da participação significativa dos jovens no desemprego no Brasil;

Justificativa

As dificuldades da inserção dos jovens no mercado de trabalho têm aumentado no Brasil. Dados recentemente divulgados pela PNAD Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelam que a taxa de desemprego entre a população que está entrando no mercado de trabalho, de 18 a 24 anos, foi de 24,1% no primeiro trimestre de 2016, representando mais que o dobro da taxa geral de desemprego para o período, que foi de 10,9%.

Tais dados demonstram o grande problema que o país enfrenta na inserção dos jovens no mercado de trabalho e diferentes fatores causam o desemprego dos jovens na atualidade. Ao mesmo tempo, a juventude assume diversos papéis na sociedade atual, frente às diferentes classes sociais, e nos aspectos relacionados à busca da iniciação digna no mercado de trabalho.

Uma iniciação digna o mercado de trabalho exige uma formação de qualidade, que envolve desde o ensino fundamental e médio até o ensino superior. Portanto torna-se relevante o entendimento de como e onde o nível de formação dos jovens irá impactar na empregabilidade dos mesmos, ou seja, de que maneira os aspectos da formação acadêmica irão interagir com a vida profissional dos jovens.

Culturalmente, o século 20 tornou-se o século moldado pela estruturação da sociedade do trabalho. A sociedade impõe aos indivíduos o princípio de que o trabalho é fator essencial na vida do ser humano e ditados populares como “o trabalho dignifica o homem” foram amplamente disseminados hereditariamente. A eficácia desta disseminação do conceito de

trabalho como atividade vital, não se sucedeu no mercado de trabalho e consequentemente presenciamos um aumento acentuado de pessoas em busca de trabalho e um proporcional decréscimo dos postos de emprego. Dessa forma, analisando a atual situação da busca pelo emprego, nos últimos 20 anos o cenário do emprego nacional começou a ruir. Conforme a população aumenta, menor é a capacidade de incorporar os jovens ao mercado de trabalho, resultando na ausência de empregos para os que verdadeiramente necessitam e os que estão empregados em geral convivem com o temor de perder o emprego (ANTUNES, 2009).

Estudar como o trabalho e as relações de trabalho estão dispostos na sociedade atual torna-se imprescindível para o entendimento do desemprego dos jovens, devido às rápidas mutações que ocorrem no trabalho e em suas relações, como o alto impacto da globalização e do capitalismo flexível.

Metodologia da pesquisa

A metodologia desta pesquisa terá uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, sobre os diferentes aspectos que envolvem as particularidades dos jovens brasileiros e os principais fatores que envolvem a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho. Rodrigues e Limena (2006, p. 90), definem a abordagem qualitativa em uma pesquisa da seguinte forma:

> Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias. (RODRIGUES; LIMENA, 2006, p. 90).

A pesquisa qualitativa é utilizada frequentemente nas ciências sociais aplicadas por antropólogos, sociólogos e ganhou um espaço reconhecido na área de administração de empresas. De acordo com Martins (2004), as metodologias qualitativas são:

> [...] metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (MARTINS, 2004, p. 292)

A pesquisa bibliográfica foi realizada visando conter o maior número possível de informações – convergentes ou não – publicadas sobre a evolução do trabalho e das relações de trabalho na sociedade e de como é atualmente a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Desta maneira foram desenvolvidos os capítulos um e dois. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica deve ser realizada a partir do:

> [...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Para obter maior compreensão e precisão dos fenômenos investigados, o presente estudo assume o caráter exploratório. A pesquisa exploratória em tese deve delimitar um campo de trabalho para levantar as informações necessárias a respeito de um determinado objeto, de forma que as condições de manifestação deste objeto sejam mapeadas (SEVERINO, 2007).

Segundo Appolinário (2011, p. 123-4), a pesquisa ou estudo exploratório busca "aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado".

Diante da temática do desemprego jovem, o terceiro capítulo é desenvolvido através de análise de dados e números que refletem a realidade do jovem e do trabalho no brasil. Portanto, para o entendimento das particularidades e dos detalhes que envolvem o tema, são amplamente utilizados dados secundários, como tabelas e gráficos disponíveis nos principais órgãos brasileiros de pesquisas sociais como; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), CAGED (Cadastro Nacional de Empregos e Desempregados), entre outros, para que seja compreendida de forma ampla e precisa a atual situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro e quais foram os fatores que contribuíram para o atual cenário no Brasil.

A estrutura da dissertação

A estrutura da dissertação contempla esta introdução, mais três capítulos e a conclusão.

O primeiro capítulo traz a compreensão do desenvolvimento histórico da evolução do trabalho na sociedade e os principais impactos que as principais transições causaram. Dessa forma será analisado o significado destas rupturas mais relevantes. Busca-se neste primeiro capítulo um estudo detalhado das alterações do trabalho na sociedade da informação e no capitalismo global, assim os impactos da flexibilização no âmbito do trabalho.

No segundo capítulo é discutido quais são as particularidades que definem a juventude Brasileira na atualidade, além de entender os fatores que influenciam na inserção destes jovens no mercado de trabalho, como a educação e a renda destes jovens. Neste capítulo é realizada a análise do investimento brasileiro na educação dos jovens durante as últimas décadas, além do entendimento de como o formato de educação dos jovens está interagindo com a era da informação.

No terceiro capítulo são expostos e discutidos dados secundários de fontes como DIEESE, IBGE, e CAGED, com objetivo de entender as particularidades da juventude brasileira diante do mercado de trabalho, assim como uma análise do desemprego nacional, buscando a compreensão de quais são os causadores do desemprego jovem no país.

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Neste primeiro capítulo busca-se compreender o desenvolvimento histórico do processo do trabalho na sociedade e os principais impactos que as principais transições causaram, assim como a compreensão da intersecção entre o trabalho e o capitalismo durante tais evoluções. Dessa forma será analisado o significado destas rupturas mais relevantes, como a transição do fordismo para o toyotismo. Busca-se neste primeiro capítulo um estudo detalhado das alterações do trabalho na sociedade da informação e no capitalismo global, assim como os impactos da flexibilização no âmbito trabalhista.

Os principais autores selecionados neste capitulo para a abordagem deste tema são: Castells (1996), Sennett (1999), Hobsbawm (1995), Hobson (1996), Harvey (1993), Clarke (1991), Nogueira (2007), Antunes (2012), Sochaczewski (2012), Telles (2006), Levy e Murnane (2004), Dufour (2005).

1.1 Evolução do trabalho e do capitalismo na sociedade

O trabalho sempre esteve presente na história do desenvolvimento humano, nos mais diversos períodos da história. Desde a antiguidade o trabalho impacta a evolução do homem, seja ele na forma de escravidão, servil, artesão entre muitas outras. Com o passar dos séculos o trabalho evoluiu na sociedade de maneira gradual, porem alguns períodos específicos foram expoentes de sua evolução, pois, são períodos onde houve expressivos saltos evolutivos e importantes alterações no âmbito trabalhista. Um exemplo clássico de um período exponencial da evolução do trabalho é a Primeira Revolução Industrial.

Em um período em que a atividade produtiva é realizada quase que em sua totalidade de forma artesanal, tratando-se do final do século XVIII e início do século XIX, o ser humano passa a adquirir maiores habilidades e conhecimentos científicos quanto à produção de mercadorias, como a utilização do carvão como fonte de energia, resultando em grandes avanços principalmente na indústria têxtil e naval.

Neste importante período histórico do trabalho e da produção, pela primeira vez o homem passa a ser substituído de alguma forma pela máquina, sendo este um paradigma que na atualidade se tornou recorrente. Teixeira e Souza (1985) exemplificam:

> A Revolução industrial torna possível adaptar à máquina a ferramenta antes empunhada pelo homem. A máquina pode, agora, executar trabalhos anteriormente executados de forma manual. A habilidade manual deixa de ser necessária; o trabalhador hábil, especializado, criativo, nos padrões anteriores, deixa de ter importância. A atividade do operário passa a ser a de vigiar e acompanhar as operações executadas pela máquina. O que se precisa, nesta etapa, são trabalhadores que sigam o seu ritmo. (TEIXEIRA; SOUZA, 1985, p. 67).

Tais alterações na forma de produção culminaram também em importantes alterações trabalhistas, pois, como a produtividade não é mais controlada pelo homem, mas sim pela máquina, ocorre a redução do tempo de produção e aumento da eficiência, consequentemente resultando na redução do valor da força do trabalho.

A Primeira Revolução Industrial foi de extremo impacto na dinâmica produtiva e promoveu também um expressivo êxodo rural na Europa. À medida que as tecnologias se disseminavam nos centros urbanos, as pessoas migravam das zonas rurais para as cidades, resultando assim em um importante e expressivo crescimento urbano acompanhado de crises e desemprego.

Este momento específico da história do trabalho é também um ponto crucial da evolução do sistema capitalista no mundo, pois, é na Primeira Revolução Industrial que o Capitalismo Comercial, que era pautado diretamente pelo comercio entre especiarias ou bens manufaturados entre os países, evolui para o Capitalismo Industrial, resultando em uma importante alteração no cenário econômico mundial daquela época. Algumas importantes características deste novo sistema econômico e produtivo são exemplificadas por Hobson (1996):

> A base concreta do capitalismo industrial moderno reside em sua grande e complexa estrutura de fatores “fixos” — plantas e máquinaria, a massa de instrumentos dispendiosos destinados a auxiliar a mão-de-obra nos processos ulteriores de produção. A economia baseada nas máquinas de alto custo e o desenvolvimento de métodos indiretos ou “abrangentes” de produção foram os principais instrumentos da revolução industrial das manufaturas. (HOBSON, 1996, p. 42).

Não obstante sob o ponto de vista social e tecnológico, em meados do século XIX ocorre a Segunda Revolução Industrial, que foi uma continuação, ou aprimoramento, das técnicas produtivas desenvolvidas na Primeira Revolução Industrial. Importantes avanços na indústria química, elétrica, de petróleo e de aço pautam as principais evoluções desta significante fase da evolução da produção e do trabalho na sociedade. Neste período os motores passam a fazer parte da rotina produtiva de grande parte das indústrias, trazendo maior agilidade e assertividade na produção.

Os expoentes avanços tecnológicos e produtivos da Segunda Revolução Industrial podem ser entendidos de forma clara com o modo de produção desenvolvido por Henry Ford, consagrado como *fordismo*.

De acordo com Harvey (1993) a data inicial simbólica do fordismo foi 1914, quando Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros desenvolvida no ano anterior em Dearbon, Michigan. As técnicas utilizadas por Henry Ford foram aprimoramentos de tendências bem estabelecidas, inclusive a forma de organização dos negócios, que segundo Harvey (1993): "tinha sido aperfeiçoada pelas estradas de ferro ao longo do século XIX e já tinha chegado, em particular depois da onda de fusões e de formação de trustes e cartéis no final do século, a muitos setores industriais (HARVEY, 1993, p. 121)". Torna-se nítida, diante de tais apontamentos, a ideia de que a Segunda Revolução Industrial foi uma consequência, ou uma continuidade, da chama que havia sido acesa na Primeira Revolução Industrial.

De acordo com Clarke (1991) no fordismo a produtividade é atingida através de economias de escala, desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho, nas palavras do autor: "Alega-se que o fordismo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (CLARKE, 1991, p. 119)".

Durante o período fordista, a qualidade das mercadorias produzidas ficava em segundo plano, sendo que o fator mais importante da produção fordista era a produtividade e a eficiência.

Porem fatores que contribuíram efetivamente para que Henry Ford se tornasse símbolo de um sistema de produção e administração foram as rupturas que ele causou no sistema produtivo da época. Alguns autores acreditam que o que havia de especial em Henry Ford era a sua visão, tanto produtiva quanto política e social, neste tema, Harvey (1993) exemplifica:

> [...] a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1993, p. 121).

Henry Ford se diferenciava em muitos aspectos, inclusive alguns que não estavam ligados diretamente à produção. A visão generalista de Ford era inovadora para a época. Um importante exemplo desta visão generalista era o modo com que ele enxergava seus próprios

funcionários. Ford não os entendia apenas como funcionários, mas também como clientes, ou seja, entendia-se na visão de Ford que se o trabalhador ganhasse mais, teria condições de consumir mais, inclusive o que ele mesmo produz, e para consumir seria necessário que tivesse mais tempo de lazer. Harvey (1993) retrata este paradigma:

> O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. (HARVEY, (1993, p. 122)

A visão generalista de Ford foi de grande impacto social na época, Clarke (1991) ressalta que na visão de Ford,

> [...] os padrões de consumo homogêneos refletem a homogeneização da produção e fornecem um mercado para os bens de consumo padronizados, enquanto os salários mais altos oferecem uma demanda crescente para fazer face à oferta crescente. (CLARKE, 1991, p. 119)

Com isso é possível compreender que para Ford a prioridade não era os interesses específicos dos clientes, como padronização e customização, e sim a padronização e homogeneização dos produtos. A célebre frase de Henry Ford resume a estratégia produtiva do fordismo: “O cliente pode ter o carro da cor que quiser, contanto que seja preto".

Todos os expoentes da evolução industrial decorrentes da Primeira e da Segunda Revolução Industrial contribuíram integralmente para estrutura social e trabalhista do mundo atual. Contudo a próxima revolução a ser tratada neste estudo pode ter sido, ou estar sendo, a maior de todas as revoluções já vistas na história do homem.

Esta expressiva revolução, que não envolve apenas o setor produtivo ou trabalhista, mas sim a sociedade como um todo, será amplamente abordada no presente trabalho, principalmente quanto ao que se refere a seu impacto no âmbito trabalhista da sociedade e no sistema econômico.

As evoluções trabalhistas e produtivas da era fordista foram importantes e impactaram a sociedade, porem uma grande ruptura em todos os paradigmas fordistas estava se iniciando no Japão. Desenvolvido no final da década de 1940, o Sistema Toyota de Produção surge para revolucionar o sistema produtivo mundial.

Basicamente, o Sistema Toyota de Produção, consagrado com o *toyotismo*, estabelece uma serie de conceitos e paradigmas que tem por fim o objetivo de maior produtividade e eficiência, incluindo fatores como redução no desperdício de tempo e matéria-prima, superprodução, inventário desnecessário e gargalos para o transporte de mercadoria. Porem

um grande diferencial da evolução *toyotista*, ainda que de maneira primitiva, foi a flexibilização. Rifkin (2004) relata o cenário da época e como se deu o surgimento do *toyotismo*:

> O sistema de produção em massa disseminou-se na indústria automotiva para outras indústrias e tornou-se o padrão incontestado em todo o mundo como a melhor maneira de conduzir os assuntos empresariais e comerciais. Enquanto o "método americano" desfrutava um sucesso irrestrito nos mercados mundiais nos anos 1950, uma empresa automobilística japonesa, lutando para recuperar-se da Segunda Guerra Mundial, experimentava uma nova abordagem na produção – cujas práticas operacionais eram tão diferentes daquelas da produção em massa, quanto essa era dos primeiros métodos artesanais de produção. A empresa era a Toyota, e seu novo processo gerencial era denominado produção enxuta. (RIFKIN, 2004, p. 97)

As ideias e práticas da administração no Ocidente após as experiências dos anos 1970, que tiveram como epicentro a inovação japonesa na produtividade, na qualidade e na competitividade, ingressaram em um movimento de busca da flexibilidade que implicava reestruturação das organizações. O grande desafio era rever as formas e modelos de administração e substituí-los por novos, impulsionados pela revolução da microeletrônica e da tecnologia da informação, a chamada terceira Revolução Industrial (NOGUEIRA, 2007, p. 217).

Com este novo conceito produtivo, a fabricação dos produtos passou a ser focada em qualidade e eficiência, produzindo sempre de acordo com a demanda, ou seja, uma produção flexível. O modelo *toytista* de produção foi pautado pela flexibilização, onde se tem como exemplo o sistema Just-in-Time, que determina que toda a matéria produzida na empresa deve obrigatoriamente ser transportado ou comprado na hora exata, sempre visando a redução dos custos provenientes do da estocagem dos produtos e dos materiais.

Portanto as empresas buscam cada vez mais a assertividade produtiva, onde a produção passa a ser flexível e realizada sempre mediante solicitação do comprador, resultando na diminuição dos estoques e dos custos provenientes dele. Neste aspecto, Hobsbawm (1995) afirma:

> Controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil 'ciclo de estoques' da velha produção em massa, que resultava em enormes estoques 'só para a eventualidade' de serem necessários em épocas de expansão, e depois parava de chofre quando os estoques eram liquidados em épocas de contração. O novo método, iniciado pelos japoneses e tornado possível pelas tecnologias da década de '70, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer os vendedores "just in time" (na hora), e de qualquer modo com uma capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança (HOBSBAWM, 1995, p.. 394).

É perceptível diante da citação de Hobsbawn (1995), que o novo formato de produção torna-se cada vez mais arrojado, ou seja, assume-se o risco da falta de mercadoria em prol da diminuição dos custos que a não estocagem da mesma irá trazer. Essa tendência arrojada não se limita à parte produtiva, e segundo Sennett (1999) este novo conceito de produção também influencia nos aspectos relacionados as qualidades que um trabalhador deve possuir para o desemprenho de sua função, o autor afirma: "pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais" (SENNETT, 1999, p. 09).

Neste novo modo produtivo o trabalhador deixa de ser uma peça dentro de um sistema produtivo, que realiza apenas funções especificas, e passa a ser um membro interdependente responsável por diversas funções, executando-as conforme as necessidades da empresa, quando e onde for necessário, ou seja, é disseminada e exigida uma constante flexibilização por parte dos funcionários e das empresas em geral.

Percebe-se diante deste paradigma que neste período passa-se a valorizar cada vez mais o intelecto do funcionário, pois para assumir diversas funções e tomar decisões é necessário um esforço cognitivo mais apurado e desenvolvido do que o trabalho robótico e manual em uma função especifica.

Tais alterações provindas de um novo sistema produtivo contribuem para o surgimento de um novo sistema capitalista, que consequentemente também é pautado pela flexibilização em seu processo, tratando-se da acumulação flexível e ou capitalismo flexível, sendo estes dois termos cunhados principalmente por Harvey (1993) e Sennett (1999) respectivamente. A acumulação flexível do capital proposta por Harvey (1993) também implica na flexibilização de processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo.

Com esta flexibilização, surge um conceito muito importante, que não irá impactar apenas a vida profissional dos indivíduos, tratando-se do curto prazo. É estabelecida a cultura do curto prazo, ou seja, todas as tarefas e objetivos são planejados no aspecto do curto prazo. Para Sennett (1999), a inexistência do longo prazo nos dias atuais, ou seja, as metas e os projetos baseados somente no curto prazo são fatores cruciais para o que o autor denomina de corrosão do caráter. Pois dessa maneira não é possível que se estabeleça lealdade e confiança mutua entre as partes diante de fatores que irão se esvair rapidamente. Neste tema, o autor exemplifica com clareza as questões relacionadas ao curto prazo nos dias atuais:

> Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas a longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e

> compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojetadas?. (SENNETT, 1999, p. 11-12).

As novas concepções de um novo sistema que se sobrepõe no mundo atual acabam por interferir também nas questões relacionadas ao aspecto interno de cada indivíduo. Se anteriormente presenciávamos um mundo completamente burocratizado e de longo prazo, evoluímos hoje para o mundo da flexibilidade, tendo como resultado uma nítida e importante diferença entre ambos: a maneira de administrar o tempo.

As necessidades geradas pelo sistema capitalista que sempre existiram passam a dualizar o pensamento humano, onde valores, relações interpessoais e diferentes setores da vida social que não se limitam ao mundo do trabalho são impactados. (SIQUEIRA, 2002; SENNETT, 1999). Sennett (1999) ressalva que a desconstrução também acarreta uma sensação de vulnerabilidade nos indivíduos, onde a falta de estabilidade gera a falta de confiança em si e nos outros.

Temos aqui a ascensão de um novo sistema que irá alterar as formas de trabalho de uma forma jamais vista, trazendo o mundo para um novo cenário, que envolve rápidas e constantes alterações e a extrema facilidade e rapidez na troca de informações.

A flexibilização e a transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa são o principal instrumento por meio do qual o paradigma da era da informação e o processo de globalização afetam a sociedade em geral (CASTELLS, 1999).

O trabalho hoje passa a ser fator crucial em paradigmas sociais e culturais na sociedade, impactando não somente os funcionários, como a sociedade em geral. Além do impacto no que se refere ao aspecto pessoal dos indivíduos, as importantes mutações sociais e trabalhistas do novo sistema capitalista descontroem estruturas rígidas e estáveis, incluindo rotinas e horários inflexíveis, burocracias e hierarquias, sendo as últimas substituídas por organizações em redes. (SENNETT 1999; CASTELLS, 1999).

A hierarquia corporativa está diminuindo gradualmente diante das alterações da sociedade da informação, a antiga cadeia de comando empresarial estática e rígida vem sendo substituída por ligações mútuas e igualitárias entre funcionários da mesma empresa, simplificando a troca de informações e ideias.

Porém é importante destacar que esta flexibilização acaba por privilegiar primeiramente os grandes empresários, abrindo margem para que os mesmos tirem proveito dos funcionários mediante enfraquecimento do poder sindical e da grande mão de obra excedente. Temos aqui a aparente redução do emprego regular e do contrato de trabalho

rígido, dando lugar à empregos temporários e trabalho em tempo parcial (HARVEY, 1993; CASTELLS, 1999).

Observa-se assim que o aumento do trabalho irregular e os problemas sociais decorrentes dele ocorrem dentro e fora das empresas. Dentro das empresas a flexibilidade nos horários acaba por aumentar a carga de trabalho, pois, funcionários que não tem mais a obrigação em chegar em um determinado horário estipulado pela empresa acabam por permanecer no trabalho por muito mais tempo do que a carga horária pré-estabelecida, sem o recebimento das horas extras. A falsa ilusão de que estão gerindo o próprio tempo proporciona aos empresários funcionários trabalhando bem mais, ganhando cada vez menos. Em contrapartida, do lado de fora das corporações, trabalhadores autônomos ou sem carteira assinada deixam de obter os benefícios que um contrato de trabalho regular proporciona, onde não possuem férias, seguro-desemprego e aposentadoria.

A partir do século XX, a sociedade começa a protagonizar um gigantesco processo de transformação, onde diversos novos modelos surgirão, impulsionados por padrões e mecanismos da tecnologia da informação. Dessa forma as alterações provenientes da tecnologia da informação implicam nas relações de trabalho e empresa, resultando na reestruturação produtiva. Conceitos abordados por Nogueira (2009) a respeito de uma empresa que passava por tais paradigmas contribuem para o entendimento deste conceito.

> [...] todas as áreas que deveriam se adaptar ao novo cenário, definido pela abertura econômica e o ambiente competitivo, o que implicava reposicionamento junto aos clientes, adoção de novas tecnologias e compatibilidade de preço e qualidade. As necessidades de mudanças, pressionadas pela otimização do produto e dos processos, implicavam a reestruturação da produção, novas parcerias e orientação voltada ao cliente e à qualidade, com forte impacto na organização do processo de trabalho em busca da maior flexibilidade e produtividade. (NOGUEIRA, 2009, p. 12).

Conforme a tecnologia da informação avança, as empresas adquirem a necessidade de adaptar-se aos novos paradigmas. A informação torna-se o bem mais valioso dentro e fora das empresas, implicando em uma mudança significativa na questão da produção. Castells (1999) afirma mediante uma análise mais apurada que quanto mais avançada a economia, mais seu mercado de trabalho e sua produção seriam concentrados em serviços, ou seja, diante deste paradigma o autor propõe que a sociedade irá migrar gradualmente da produção e acumulo de bens para a prestação de serviços (CASTELLS, 1999).

Segundo estudos da OIT o nível global de empregos industriais atingiu seu ponto mais alto em 1989, tendo aumentado 72% entre 1963 e 1989. Esta tendência foi mantida em 1990. A mesma pesquisa também mostra que embora a quantidade total de empregos industriais

tenha diminuído efetivamente nos Estados Unidos (de 19.367 milhões para 18.657 milhões), e de forma ainda mais relevante na União Europeia (de 38.400 milhões para 29.919 milhões), aumentaram no Japão e foram multiplicados por 1,5 a 4 nos principais países em processo de industrialização. Analisando uma tendência global, torna-se nítido que os novos empregos industriais excederam em muito as perdas no mundo desenvolvido. Tais dados nos mostram que o conceito de trabalho segue uma tendência global, porem possui desvios regionais, fator que exige análises mais setoriais e menos globais (CASTELLS, 1999).

Ainda sob a mesma temática, Castells (1999) aponta fatores que possibilitam tais movimentações na diversidade dos empregos, analisando que países como Estados Unidos, Canadá e Alemanha demonstram maior rapidez em aspectos referentes ao que o autor trabalho como informacionismo, ou seja, aos aspectos provenientes da era da informação. Em contrapartida, países como Japão, França e Itália de certa forma ainda procuram preservar atividades tradicionais como rurais e comerciais. O autor explica que isso ocorre porque os primeiros exemplos tendem ao modelo norte-americano onde caminham para o informacionismo mediante a substituição das antigas profissões pelas novas. O modelo japonês também caminha para o informacionismo, mas segue um caminho diferente, aumentando o número de novas profissões, sendo as antigas redefinidas. Já os demais países europeus seguem um misto das duas tendências (CASTELLS, 1999).

Um importante fator provindo do *pós-industrialismo* e amplamente discutido por Castells (1999) refere-se à expansão das profissões dependentes da informação, como os cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, que hoje representam o cerne do que temos como a nova estrutura ocupacional. Diante deste conceito, torna-se nítido que perante o avanço da tecnologia, o trabalho e as formas de realização deste, está e sempre será impactado diretamente pelas novas formas de se administrar e pela rápida desindustrialização que ocorre hoje no globo. E um fator importante é que no parâmetro da desindustrialização todos os países seguem a mesma tendência, ou seja, todos os países estudados por Castells (1999) estão se desindustrializando, porém, em velocidades diferentes mediante as particularidades de cada pais ou região.

Podemos concluir diante dos fatores apresentados que o embasamento tecnológico possibilitou a disseminação de uma sociedade em rede, que evolui proporcionalmente ao avanço tecnológico. É valido ressaltar novamente que tais tendências evolutivas não impactam somente fatores ligados às empresas e ao trabalho coorporativo, mas também a sociedade como um todo e sua capacidade de se modificar e evoluir de forma sistêmica ou não. O fato de o trabalho passar a ser quase que predominantemente focado nos serviços exige

que os funcionários estejam cada vez mais atualizados, devido à tecnologia estar ainda mais presente e impactante neste meio.

A sociedade em rede irá sempre exigir que os trabalhadores estejam rotineiramente atualizados, inclusive Sochaczewski (2012) aponta que o conhecimento é atualmente um fator imprescindível para os trabalhadores, tanto para o saber do trabalho na pratica quanto em o saber acadêmico, tendo em vista sempre a transformação da realidade.

1.2 Impactos da flexibilização nas relações de trabalho

A sociedade informacional começou a tomar forma no final do século XX. Tendo em vista que a maior parte da forca de trabalho das economias avançadas seja assalariada, a diversidade dos parâmetros, a irregularidade do processo e a reversão da tendência em alguns casos podem demandar por uma visão diferencial do que podemos entender como um padrão da evolução da estrutura ocupacional (CASTELLS, 1999). As organizações industriais passam a dominar o globo no século XX, avançando em quase todas as nações. Segundo Nakatani-Macedo et al. (2015), o crescimento e o desenvolvimento econômico estão fortemente ligados à participação da indústria no produto e emprego.

O forte crescimento industrial impacta nas relações de trabalho, impondo em todos os conceitos do emprego fatores como autonomia e flexibilidade. Diante desta perspectiva podemos formular também a hipótese de que a atuação em rede, a flexibilidade e agilidade tornam-se novas características das organizações industriais atuais (SENNETT, 1999; CASTELLS, 1999).

De acordo com Castells (1999), estes novos tipos de tecnologia possibilitam que pequenas empresas encontrem específicos nichos de mercado, resultando no ressurgimento do trabalho autônomo e da situação profissional mista e considerando tais transformações no trabalho e no mercado de trabalho expostas, podemos ter como resumo de uma projeção mais apurada os seguintes pontos:

- o emprego rural será extinto pouco a pouco;
- o emprego industrial permanecerá em declínio, contudo em uma velocidade e ritmo menor, sendo posteriormente reduzido aos elementos mais importantes dos empregos relacionados a categoria de artífices e trabalhadores do setor da engenharia. A grande fatia dos empregos relacionados a produção industrial serão invariavelmente transferidos para serviços voltados para a indústria;
- os serviços relacionados à produção, inclusive os que estão relacionados com saúde e educação lideram as projeções de crescimento de emprego

> percentualmente, consequentemente tornando-se mais importantes em números absolutos;
> - as atividades de baixa qualificação na nova economia serão em sua maioria incorporadas pelos empregos dos setores varejista e de serviços (CASTELLS, 1999).

Tais perspectivas evidenciam um novo mercado de trabalho, e com a redução do emprego industrial os trabalhadores terão de se adaptar, buscando especializações em áreas administrativas e correlacionadas cada vez mais com o negócio e menos com a produção. Em relação a projeção de empregos para o século atual, pode-se corroborar, nas palavras de Levy e Murnane (2004):

> [...] a maior consequência da computadorização não será o desemprego em massa, mas sim um contínuo declínio da demanda por trabalho moderadamente ou menos qualificado. As oportunidades de emprego irão crescer, mas o crescimento do emprego será maior nas ocupações de maior nível de qualificação, nas quais os computadores irão complementar o pensamento especializado (expert thinking) e a comunicação complexa (complex communication) para produzir novos produtos e serviços. (LEVY; MURNANE, 2004, p. 152)

Diante destas novas perspectivas de produção e emprego, passamos a enxergar os impactos de certas tendências para a flexibilidade. De acordo com Sennett (1999), as novas tecnologias da informação possibilitaram ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas, promovendo coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real.

Tais tecnologias tendem para a flexibilidade nas organizações e fundamentam a atual transformação nos esquemas de trabalho. Nesta questão, Sennett (1999) ressalta alguns pontos cruciais diagnosticados na nova era informacional:

> [...] cerca de 20 por cento das empresas permitem horários de trabalho "comprimidos", como quando o empregado faz o trabalho de toda uma semana em quatro dias. Trabalhar em casa é hoje uma opção em cerca de 16% das empresas, sobretudo para trabalhadores em serviços, vendas e técnicos, o que se tornou possível em grande parte devido ao desenvolvimento de intra-redes de comunicação. Nos Estados Unidos, homens e mulheres brancos de classe média têm hoje mais acesso a horários flexíveis de trabalho em fábricas, ou os trabalhadores hispânicos. O flexitempo é um privilégio do trabalho diurno; o trabalho noturno ainda é passado para as classes menos privilegiadas. (SENNETT, 1999, p.67)

A flexibilização no trabalho é um exemplo claro do quanto a era da informação impacta as relações funcionário-empresa. Castells (1999) realiza uma comparação entre as principais alterações no perfil do trabalho no período anterior e no período posterior aos impactos provenientes da era da informação. Esta comparação foi reproduzida no seguinte quadro (Quadro 1).

	Era Pré-Informacional	Era Informacional
Jornada de Trabalho	Fixa: (35-40) horas semanais em expediente integral.	Funcionário passa a ter liberdade de horários e de carga horaria de trabalho.
Localização do Trabalho.	Local físico de trabalho regular e estático. O local de trabalho se limitava às instalações da empresa.	Um número cada vez maior de funcionários trabalham fora do local de trabalho durante parte do tempo ou durante todo o tempo, em casa, em transito ou nas instalações de outra empresa pela qual sua empresa seja contratada
O Contrato Social entre Patrão e Empregado.	Baseava-se em compromisso do patrão com os direitos bem definidos dos trabalhadores, níveis padronizados de salários, opção de treinamento, benefícios sociais e um plano de carreira previsível.	Em muitos casos ocorre a ausência de contrato de trabalho (Exemplo:free-lancer), e consequentemente menor estabilidade para o trabalhador.

Quadro 1: Comparação das Relações de Trabalho
Fonte: Elaborado pelo autor com base dos dados de Castells, 1999.

Segundo Castells (1999), as economias da grande maioria dos países envoltos na era informacional estão experimentando inúmeras maneiras de flexibilidades nas organizações e no trabalho, dependendo de sua legislação trabalhista, da previdência social e dos sistemas de tributação.

Além das mudanças que ocorrem no trabalho diante da evolução tecnológica, diversos outros fatores podem impactar em mutações paradigmáticas no tema em questão. Envolto na crise financeira que ocorre em abrangência mundial, o trabalho está em plena eclosão. Diversos fatores contribuem para a degradação do trabalho na atualidade, tendo em vista o trabalho clássico, regulamentado e como também o trabalho baseado na lógica produtivista (ANTUNES, 2009).

As alterações nas relações de trabalho são constantes na sociedade atual, com elas surgem também novos formatos de emprego:

> Estamos constatando a corrosão do trabalho contratado, erosão do emprego regulamentado, que foi dominante no século 20 e que está sendo substituído pelas diversas formas alternativas de trabalho e subtrabalho, de que são exemplo o "empreendedorismo", o "trabalho voluntário", o "cooperativismo", modalidades que frequentemente "substituem" o trabalho formal, gerando novos e velhos mecanismos de intensificação e mesmo autoexploração do trabalho. (ANTUNES, 2009)

Com a expansão do trabalho não regulamentado, a situação do emprego na era da informação toma um novo patamar, onde todos os paradigmas do passado se deterioram diante dos novos. As opiniões dos diversos autores estudados neste capítulo sinalizam que estamos diante de uma reformulação no emprego jamais presenciada na história humana, que por um lado pode trazer benefícios como igualdade e facilidade na comunicação diante da

empresa em rede, porém, em contrapartida, temos o risco de que muitos trabalhadores fiquem desprotegidos e tendo que lidar toda a vida com o trabalho precário.

1.3 Empregos na era informacional

Conforme discutido recentemente neste estudo, a tecnologia da informação impactou o mercado de trabalho e o modificou de uma maneira jamais vista antes. Tal impacto gerou consequentemente uma crise psicológica perante os trabalhadores devido ao receio de serem trocados por máquinas.

Muitos autores questionam se as vagas e possibilidades de emprego para os indivíduos que não possuem alto nível de qualificação serão extintas gradativamente, consequentemente resultando em um imenso quadro de desemprego, onde somente terá oportunidade quem proporcionar às empresas um verdadeiro diferencial.

Antunes (2012) aborda este tema e denomina o paradigma em questão de Liofilização Organizacional, apontando o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto, ou seja, a questão de que as pessoas vêm sendo substituídas por máquinas. O novo conceito organizacional predominante no capitalismo flexível e na liofilização organizacional, indaga várias mutações que ocorrem neste novo paradigma, desde a alteração da denominação de "trabalhadores", sendo os mesmos chamados agora de "colaboradores" até a questão da "desespecialização" dos funcionários, onde os mesmos se tornam trabalhadores multifuncionais, que irão atuar em diversas áreas da empresa, sempre com uma visão geral e ampla da corporação.

Sennett (1999) evidencia como principais causadores desta crise psicológica o surgimento dos métodos de produção enxuta, práticas empresariais reinantes de subcontratação, terceirização, importação e exportação, consultoria, redução do quadro funcional e produção sob encomenda. Neste contexto, o autor exemplifica:

> [...] a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo. E de uma forma muito específica; na fabricação de carros e caminhões hoje, a velha linha de montagem quilométrica observada por Daniel Bell foi substituída por ilhas de produção especializada. (SENNETT, 1999, p. 59).

Diversos autores abordam esta questão, almejando responder se a tecnologia da informação nos deixa um saldo positivo ou negativo na geração de empregos.

De acordo com Kato e Ponchirolli (2002, apud Nakatani-Macedo et al., 2015), a tecnologia gera um efeito negativo sobre o nível de emprego apenas no curto prazo. Segundo os autores, quando o progresso técnico muda a composição setorial e funcional da economia e do emprego ocorre uma espécie de "desemprego transitório de adaptação", que não deve ser necessariamente evitado, mas sim administrado através de programas de reinserção e ajuda financeira por parte do governo.

Segundo Nakatani-Macedo et al. (2015), a teoria que aborda o "desemprego transitório" afirma que, ao ser inserida uma nova tecnologia poupadora de mão de obra, além de haver demissões por parte das empresas beneficiadas pelo progresso, o ganho de produtividade na economia como um todo leva ao crescimento econômico, que, por sua vez, gera um maior número de empregos, dessa forma, esse efeito pode ser chamado de "geração de empregos indireta" por parte da evolução técnica.

Nakatani-Macedo et al. (2015), relatam que a inovação tecnológica pode assumir efeito duplo sobre o emprego, sendo positiva em momentos de crescimento econômico e negativa em casos de recessão, ou crise, fazendo com que as atividades produtivas apareçam num ciclo contínuo de desestruturações e estruturações, criando e destruindo empregos.

Alguns autores afirmam que a tecnologia tem por objetivo a substituição de trabalho por capital, ou seja, para os autores que defendem esta ideia como Rossi e Oliveira (2005) a tecnologia operacional na indústria visa por fim poupar a mão-de-obra nas empresas.

Atualmente o avanço da tecnologia é popularmente tratado como o um dos principais causadores do desemprego, tomando o status de maléfico e evidenciado com repulsa perante muitos indivíduos. Porem a nova economia, que hoje é pautada e subsidiada pelos avanços tecnológicos, possui particularidades de acordo com o local analisado, dessa forma Castells (1999) afirma que assim como nos aspectos tratados anteriormente, também devemos analisar estas particularidades de forma regional e não global:

> A nova economia afeta a tudo e a todos, mas é inclusiva e exclusiva ao mesmo tempo; os limites da inclusão variam em todas as sociedades, dependendo das instituições, das políticas e dos regulamentos. Por outro lado, a volatilidade financeira sistêmica traz consigo a possibilidade de repetidas crises financeiras com efeitos devastadores nas economias e nas sociedades. (CASTELLS, 1999, p. 203).

Castells (1999) relata que de acordo com o relatório oficial da Comissão Europeia sobre Crescimento, Competitividade e Empregos, entre 1975 e 1999 os Estados Unidos criaram cerca de 48 milhões de novos empregos e o Japão criou 10 milhões. Por outro lado, toda a União Europeia criou somente 11 milhões nestes 24 anos analisados, e em suma

maioria, todos estes empregos estavam relacionados ao setor público até fins da década de 1990. Além disso, Janeiro de 1993 e Janeiro de 2000, os Estados Unidos criaram mais de 20 milhões de novos empregos, ao passo que o número absoluto de empregos na União Europeia caiu entre 1990 e 1996. Dentre tais dados, um fato crucial apontado é que o número de empregos começou a aumentar na União Europeia entre 1997 e 1999, no exato momento em que os países europeus aceleraram a difusão das tecnologias da informação em suas empresas, enquanto realizavam reformas nos aspectos institucionais do mercado de trabalho que impediam a criação de empregos. Resultante deste fato, pela primeira vez na década, o índice de desemprego em toda União Europeia esteve abaixo da marca dos 10%.

De acordo com Zanella (2006, apud NAKATANI-MACEDO, et al., 2015), na lógica do sistema capitalista, a prioridade sempre será o capital, o que irá gerar o detrimento do trabalho e do emprego. Diante de tais ideias pode-se entender que quando a tecnologia está empregada nas empresas, tem-se como resultado a precarização do trabalho humano, pois isto impacta em uma relação proporcional onde quando a tecnologia aumenta, o valor da mão de obra diminui.

Os exemplos recentemente abordados neste estudo influenciam outro entendimento sobre a ideia de que a inovação e a tecnologia resultam em desemprego. De acordo tais conceitos, a evolução tecnológica não está impactando negativamente a quantidade de empregos disponíveis e sim aumentando em determinadas regiões, ou seja, de acordo com as ideias de Castells (1999) é complicado e inviável globalizarmos os impactos da tecnologia da informação na quantidade empregos. Mattoso (2000) é partidário desta mesma opinião e aponta da seguinte forma a sua visão sob este tema:

> [...] Também ocorrem distintos saldos desse processo de reestruturação e desestruturação, de criação e destruição, assim como diferentes condições macroeconômicas, sociais e institucionais em que se baseia esse processo. [...] Mas, não menos importante, um determinado país pode apresentar um saldo positivo dessa destruição criadora em um determinado período de intenso crescimento econômico, dominância dos aspectos reestruturantes da produção e da geração de empregos, e um saldo negativo em outro período, com relativamente baixo crescimento e dominância dos aspectos desestruturantes da produção e do emprego. (MATTOSO, 2000, p. 116).

A relação quantitativa entre as perdas e ganhos das quantidades de empregos disponíveis varia entre empresas, indústrias, setores, regiões e países sendo que o resultado final do saldo entre a tecnologia da informação e o emprego está diretamente interligado com fatores macroeconômicos e os contextos sociopolíticos que o pais enfrenta no período em análise. (CASTELLS, 1999).

O processo de transição histórica para uma sociedade da informação, no âmbito do emprego, que analisamos possui uma lógica muito importante em sua evolução:

> [...] essas tendências não se originam da logica estrutural do paradigma informacional, mas são o resultado da reestruturação atual das relações de capital-trabalho, com a ajuda das poderosas ferramentas oferecidas pelas novas tecnologias da informação e facilitadas por uma nova forma organizacional, a empresa em rede. (CASTELLS, 1999, p. 345)

As poderosas tecnologias da informação que passaram a predominar em grande parte do globo possibilitaram uma importante redefinição histórica das relações capital-trabalho, relações estas que também que também são resultados de novas formas organizacionais hoje estabelecidas de forma ampla em todos os tipos de organizações. Mediante as novas tecnologias a busca por profissionais se tornou facilitada em qualquer lugar, proporcionando também uma possibilidade de melhor seleção dos profissionais. Contudo o expressivo aumento de flexibilidade provindo também destas novas tecnologias se mostrou contrário ao trabalho estático e à mobilidade do capital. Assim a produtividade e a lucratividade também aumentam proporcionalmente ao avanço tecnológico, porem o aumento excessivo de flexibilidade faz com que os trabalhadores percam gradativamente a proteção institucional e com isso ficam cada vez mais dependentes de condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante (CASTELLS, 1999).

Mattoso (2000, apud NAKATANI-MACEDO et al., 2015) afirma que o progresso tecnológico não somente acelera as transformações do trabalho relacionadas a organização, técnica e qualificação, mas também muda sua distribuição da criação e destruição de novas atividades econômicas. Apesar de ser a força motriz desse processo de criação e destruição, o avanço técnico não determina a priori suas consequências quando observado o quadro nacional. De tal forma, Nakatani-Macedo et al., (2015) concluem neste aspecto que não se pode afirmar que desenvolvimento e o avanço tecnológico levam a um maior desemprego em todos os casos e em todas as situações.

Castells (1999) propõe que a sociedade se dividiu entre vencedores e perdedores do que ele chama de continuo processo de negociação desigual e individualizada, porem o autor ressalta que não existem regras sobre como vencer e como perder. Com a rápida evolução e ritmo acelerado da transformação tecnológica, qualificações mais especializadas passaram e ser insuficientes e por fim acabam sempre sendo superadas por esta rápida evolução. O autor conclui este tema propondo um rumo, ou uma importante tendência para todas estas

transformações no mundo do trabalho, e pode-se observar tal projeção com nitidez no seguinte parágrafo:

> Portanto, as sociedades estavam/estão ficando aparentemente dualizadas, com uma grande camada superior e também uma grande camada inferior, crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, portanto encolhendo no meio, em ritmo e proporção que dependem da posição de cada país na divisão do trabalho e de seu clima politico. Mas, lá no fundo da estrutura social incipiente, o trabalho informacional desencadeou um processo mais fundamental: a desagregação do trabalho, introduzindo uma sociedade em rede. (CASTELLS, 1999, p. 351)

O trabalho na sociedade capitalista atual não cumpriu as promessas de progresso social, assim como o trabalho precário hoje é predominante e afeta grande parte da população. Sindicatos não operam como referências para as maiorias e mostram que os "tempos fordistas" já se foram e que o trabalho deixa de ser um fator que estrutura a vida social dos indivíduos (TELLES, 2006).

1.3 Evolução do trabalho e do emprego no Brasil

O desenvolvimento do capitalismo e das primeiras formas industriais de produção teve um início tardio no Brasil. Os primeiros sinais da industrialização no Brasil aparecem durante a Primeira Guerra Mundial, onde as dificuldades de importação estimularam a expansão e a diversificação industrial no país. Contudo a indústria nacional ainda se limitava, até meados da década de 1920, à produção de tecidos, sapados e móveis (ANTUNES, 2012).

Neste período o avanço da globalização já começa a atingir a realidade Brasileira, Pochmann (2016) aponta que da metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, os efeitos da primeira onda de globalização capitalista, liderados pelo Reino Unido, impactaram em importantes transformações no cenário trabalhista brasileiro, resultando em uma melhor posição relativa do Brasil na antiga Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A então economia Brasileira, ainda submersa em um sistema mercantil, passa a evoluir para o capitalismo, e importantes reformas foram protagonistas na criação deste cenário favorável para o novo sistema econômico. A efetivação das reformas política (1881), laboral (1888), na forma de governo (1889) e constitucional (1891) culminou na transição para o sistema capitalista no Brasil (POCHMANN, 2016).

Mesmo que de maneira sutil, a indústria nacional começa a demonstrar indícios de evolução. Porém, de acordo com Antunes (2012), as primeiras formas de indústrias eram

prisioneiras de um processo de acumulação, em geral no âmbito da exploração do café, e somente a partir do Getulismo o Brasil pode então efetivar seu primeiro salto industrializante.

Neste período Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, da Industria e do Comércio, cujo titular na época era Lindolfo Collor. Diante deste contexto inaugura-se a era do corporativismo no Brasil. Tais evoluções passam a proporcionar melhorias importantes para os trabalhadores, ainda que de maneira conservadora. Getúlio Vargas consolidou o caminho para a modernização industrial do país, onde avanços também passam a ocorrer no âmbito trabalhista, sendo que em 1934 a Constituição institui significantes direitos para os trabalhadores, como salário mínimo, férias anuais e jornada de trabalho de 48 horas semanais (NOGUEIRA, 2007).

O segundo salto do desenvolvimento industrial brasileiro se deu durante o governo de Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950. O então presidente lança o Plano Nacional do Desenvolvimento, ou Plano de Metas, consagrado com o lema "Cinquenta anos em cinco". Este plano, baseado na expansão industrial, tinha o objetivo de estimular fortemente e economia Brasileira. A estratégia de reduzir a dependência das importações durante o governo de Juscelino Kubitschek, chamada de "substituição de importações", cria um ambiente favorável para o desenvolvimento da indústria nacional.

A partir do golpe de 64, o Brasil experimentou ou Terceiro Salto, onde a industrialização e a internacionalização foram fortemente aceleradas. O autor afirma que diante deste contexto, a situação trabalhista ainda era pautada por um processo de exploração da força de trabalho, imbuída de baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos. Diante do mesmo contexto a globalização começa a interagir com cenário sociopolítico brasileiro, ainda que de maneira sutil.

Fatores como a competitividade internacional foram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva do Brasil, então ainda que de modo restrito, empresas começaram a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos como a Informatização Produtiva e o Just-in-Time. Alguns fatores relacionados com a questão trabalhista também foram acelerados, como o avanço e a melhor organização dos sindicatos, novas formas de organização social do trabalho e maior adesão dos trabalhadores nos planos das empresas. A partir da década de 90 grande parte da indústria Brasileira migrou seus padrões produtivos, distanciando cada vez mais do fordismo e aproximando as formas produtivas ao modelo *toyotista*.

Como já mencionado no presente estudo, neste novo modelo produtivo busca-se maior qualificação dos trabalhadores, onde os mesmos são treinados para conhecer todo o processo

de produção e não apenas uma tarefa específica, além disso, a produção deixa de ser massiva, com objetivo de produzir sem excedentes e de acordo com a demanda. Um importante fator para atração do trabalho estrangeiro no Brasil no período em questão foi a baixa remuneração da força de trabalho, que trouxe o interesse de diversas empresas multinacionais, com intuito obvio de explorar a força de trabalho Brasileira.

Todos estes avanços no âmbito organizacional e trabalhista brasileiros foram de muita significância para o país, porém, as alterações de maior intensidade e proporção para o contexto nacional ocorreram durante a década de 90.

Antunes (2012) aponta que os primeiros impulsos para o grande salto em termos de sistema econômico capitalista foram resultantes da nova divisão internacional de trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington. Diante deste contexto torna-se nítido o quanto a globalização já está presente no contexto brasileiro neste período, afetando seu sistema econômico, organizacional e trabalhista. Era o fim da fase do nacionalismo econômico. Nogueira (2007) ressalta que nesta nova fase econômica e política a integração do Brasil à economia internacional e à competição por novos mercados acelerou-se. O autor complementa:

> Se até 1990 a política de subsídios, o protecionismo e as altas taxas de inflação moldaram os parâmetros para a atuação das empresas, reduzindo os investimentos em tecnologia, capacitação da mão-de-obra e produtividade, o novo contexto era marcado pela abertura comercial e pela integração econômica mundial (NOGUEIRA, 2007, p. 276).

Diversos fatores contribuem para o avanço desta nova fase da economia Brasileira, alguns são altamente significantes em todo contexto da época, pois proporcionaram uma política de eliminação da proteção de mercado para os setores empresariais nacionais. Dentre tais fatores, um dos mais impactantes foi a abertura de mercado. Chahad (2003) ressalta:

> [...] a liberalização da economia vem acompanhada de um conjunto de características que afetam também, de forma indireta, o mercado de trabalho. A maior abertura provoca um aumento na elasticidade-preço da demanda dos bens, assim como os avanços tecnológicos vindos do exterior são fortemente poupadores de mão-de-obra. Esses são fatores que afetam o mercado de trabalho com consequências sobre o mercado de bens e serviços. (CHAHAD, 2003, p. 206).

Na presidência do país, Fernando Collor de Melo implanta medidas muito impactantes no contexto econômico, onde foi permitida a entrada sem controle de produtos, capitais e empresas estrangeiras, assim como foi criado o Programa Brasileiro de Produtividade, Qualidade e Competitividade por meio do Ministério da Indústria e do Planejamento.

Contudo, após o *impeachment* de Collor, Fernando Henrique Cardoso avança ainda mais a abertura de mercado com diversas privatizações e desnacionalizações de empresas estatais importantes para o Brasil (NOGUEIRA, 2007)

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, durante os anos 1980, teve uma tendência limitada e seletiva, foi especialmente a partir da década de 1990 que ele se ampliou e ganhou força e a partir do Plano Real o Brasil encontrou uma contextualidade propícia para o deslanche vigoroso de sua reestruturação (ANTUNES, 2012).

Chahad (2003) evidencia algumas particularidades deste novo plano:

> [...] O controle dos altos níveis de inflação, que adveio do Plano Real, trouxe consigo o fim do "imposto inflacionário", com implicações positivas para a diminuição dos índices de pobreza. Por outro lado, o controle da inflação, por meio da política monetária – altas taxas de juros, e controle do déficit fiscal restringindo o crescimento econômico –, originou taxas de desemprego aberto maiores, assim como um aumento do trabalho informal. (CHAHAD, 2003, p. 206).

Analisando o período em questão, Pochmann (2016) ressalta que o tripé da política macroeconômica instaurado após a crise do Plano Real em 1999 levou à exaustão os mecanismos de soberania nacional, o autor trabalha a ideia de que para que o real fosse artificialmente mantido como moeda nacional, as taxas internas de juros tornaram-se as mais altas do mundo.

Nogueira (2007) aponta que as companhias brasileiras não estavam preparadas para enfrentar o rápido processo de abertura e por isso setores inteiros foram extintos ou sofreram transformações profundas para permanecer no mercado, o autor cita exemplos de empresas do setor têxtil, vestuário e autopeças, que na época foram extintas ou incorporadas por multinacionais.

A passagem de um regime de altas taxas inflacionárias para outro de estabilidade de preços acarretou, para a sociedade Brasileira, outros impactos sobre o mercado de trabalho além da elevação do desemprego e da informalidade (CHAHAD, 2003).

Dessa forma, o paradigma da reestruturação produtiva e flexível Brasileira se diferenciou do contexto global em alguns aspectos. Nogueira (2002) exemplifica:

> - Fatores econômicos, relacionados com a transição da inflação para a estabilização da moeda, com a abertura de mercado e a globalização;
> - Fatores tecnológicos e padrões de gestão, relacionados às mudanças na automação e à criação de sistemas flexíveis de acumulação, a gestão participativa (CCQs), alternativa à administração científica taylorista;
> - Fatores políticos relacionados à Constituição de 1988 e à derrocada do socialismo real – queda do Muro de Berlin – no plano internacional;

- Fatores sindicais, como o impacto do novo sindicalismo e o estabelecimento das centrais sindicais como mediadoras dos trabalhadores; a divisão política dos sindicatos em frentes diversas. (NOGUEIRA, 2002)

As principais alterações das relações de trabalho durante o período em questão, ressaltando que as mais importantes seriam:

> [...] o banco de horas, a jornada flexível do trabalho, a terceirização, os contratos temporários, a valorização dos mecanismos de intermediação nas questões do trabalho, a redução do custo de contratação do trabalho, entre outras. (NOGUEIRA, 2009, p. 9)

O setor industrial passou por uma forte reestruturação produtiva e organizacional, que levou à perda de dinamismo da economia Brasileira e uma diminuição sensível da mão-de-obra absorvida pelos seus diferentes ramos industriais, implicando profundas transformações na geração de empregos, em sua qualidade e nas relações de emprego (CHAHAD, 2003).

No Brasil, devido à política neoliberal de abertura comercial do governo Collor citada anteriormente, que prossegue no decorrer da década sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, significou a destruição de cadeias produtivas na indústria Brasileira, com empresas sendo fechadas por não conseguirem concorrer com produtos estrangeiros, e, portanto, o crescimento do desemprego de massa.

Assim as empresas foram obrigadas a intensificar a reestruturação produtiva diante da recessão econômica com desemprego crescente. Claramente o desemprego total aumenta de forma expressiva após 1994 e vem sofrer uma queda, ainda que sutil, apenas em 2001.

As linhas mestras do regime de política macroeconômica do governo FHC (sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante) foram mantidas pelo governo Lula. Em 2003, o governo Lula recém-empossado dedicou-se especialmente a conter as pressões inflacionárias que vinham sendo transmitidas desde meados de 2002 pela desvalorização cambial ocorrida naquele ano.

Mattos (2015) afirma que primeiras medidas econômicas pontuais do governo Lula foram justamente a elevação da Selic e da meta de superávit primário, porem o autor ressalta que o controle da inflação na verdade ocorreu pela apreciação cambial advinda da melhora das relações de troca e da expansão da demanda externa, gerando aumento nos preços das commodities exportadas pelo Brasil.

Diante deste aspecto econômico nacional, no âmbito da política fiscal, o governo Lula utilizou a estratégia de ajuste definitivo das contas públicas, com medidas destinadas à geração de superávits primários suficientes para reduzir a elevação da dívida. Em consequência, algumas medidas relevantes foram tomadas durante o segundo mandado de Lula:

> No 2º governo Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p.923).

Os resultados macroeconômicos (setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas) dos dois governos Lula obtiveram melhores resultados do que os governos de Fernando Henrique Cardoso. Os autores apontam que entre os anos de 2003 e 2010, o Brasil presenciou o maior ciclo de crescimento dos últimos trinta anos. O PIB cresceu 4,1% ao ano, valor que chega a quase o dobro do dos valores obtidos entre 1980 e 2002, que foram 2,4% ao ano. As contas externas da economia Brasileira no governo Lula apresentaram resultados muito positivos expressos nos superávits do balanço de pagamentos entre 2003 e 2010 no acumulado (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O ano 2006 inicia-se com política expansionista tanto pelo lado fiscal quanto pelo lado monetário, resultando em uma notável postura da política econômica nacional, expressada com maior intensidade também a partir da troca de comando ocorrida em março deste ano no Ministério da Fazenda. Contudo, 2006 também é marcado por um aumento do valor do salário mínimo (14%). É valido ressaltar que também em 2006, foi ampliado o Programa Bolsa Família, tanto no número de famílias beneficiadas pelo programa como também nos valores reais dos benefícios. (MATTOS, 2015).

Quanto aos aspectos relacionados ao mercado de trabalho, Teixeira e Pinto (2012) relatam que entre 2003 e 2006 houve uma pequena redução na taxa de desemprego das Regiões Metropolitanas (RM's) (de 12,3% em 2003 para 10% em 2006), porem o período entre 2007 e 2010 obteve uma significante redução na taxa de desemprego Brasileira nas RM's (de 9,3% em 2007 para 6,7% em 2010) e uma concomitante melhora da massa real de rendimentos dos ocupados (crescimento de cerca de 20%). Neste aspecto os autores ainda destacam que o crescimento real do salário mínimo ao longo do governo Lula, que apresentou uma expansão média anual de 5,9%) impactou positivamente na demanda agregada e na distribuição de renda.

Mattos (2015) relata que fatores econômicos importantes que ocorreram em 2008. O autor aponta que diante de temores de retomada da inflação, o Banco Central volta a subir a Selic, poucos dias antes da quebra do Banco Lehman Brothers, que resultaria na crise internacional. Contudo, o PIB nacional continua crescendo, e fecha o ano com 5,0% de

crescimento, sendo que o mercado de trabalho ainda gera 1.540 milhão de empregos formais, quantidade menor do que a de 2007, porem superior às de 2006 e de 2005.

Durante os anos da crise internacional que se iniciou em 2008, houve no Brasil o aumento das despesas correntes, e a manutenção da regra de aumento real do salário mínimo, permitindo o crescimento das despesas com a Previdência Social, com o abono salarial e com o seguro-desemprego. Outro fator importante foi a expansão da oferta de crédito por parte dos bancos públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e, notadamente, o BNDES resultando em impactos positivos sobre o consumo. Porém, mesmo com tais medidas, houve uma retração do PIB em 2009, contudo a criação de empregos formais foi mantida. Em 2010 o PIB nacional atinge uma taxa de crescimento de 7,5%, criando cerca de 2.136 milhões de postos de empregos formais naquele ano (MATTOS, 2015).

É neste cenário que Dilma Rousseff assume o comando da nação, porém tal cenário detinha alguns pontos negativos em comparação ao início do governo Lula. De acordo com Mattos (2015) Dilma Rousseff começa a governar com pouco espaço para valorizar o câmbio. Com forte redução da taxa global dos investimentos, a economia mundial desacelerava e os ganhos de produtividade tendiam a zero.

Porém, o mercado de trabalho ainda demonstrava sinais positivos, pois fatores que haviam sido implementados ainda no período Lula, como o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito, continuaram atuando, impulsionando a massa salarial e o consumo das famílias. Porém, desde o início do primeiro mandato de Dilma a perda de dinamismo do mercado de trabalho era evidente então a crise internacional passa a demonstrar alguns impactos na realidade econômica Brasileira (MATTOS, 2015).

Teixeira e Pinto (2012) ressaltam que a redução dos juros adotada pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica e o discurso de Dilma Rousseff no dia 1º de maio de 2012, cobrando por mudanças dos bancos privados em relação aos elevados juros da época, sinalizaram mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro.

Porem em 2012, o desemprego nacional ainda declinava, sendo que a taxa de desemprego do Brasil caiu de 12,4% em 2003, para 4,8% em 2014, segundo a PME/IBGE. Porém não há como discutir que a formalização do mercado de trabalho foi muito expressiva. No final de 2014 a soma da criação de novos postos de trabalho no período entre 2003 e 2014 foi de 21,2 milhões. Contudo o decréscimo da taxa de desemprego não se sustenta após o final de 2014 e fecha o ano de 2015 com um significativo aumento segundo IBGE, passando de 5,0% para 7,5%. Dessa forma, o cenário do emprego nacional não obteve sinais de melhoria, e diante de tal cenário, Carleial (2015) explica:

> Concretamente, o cenário internacional não dá sinais positivos de que será possível, num curto espaço de tempo, um significativo aumento do comércio mundial que volte a favorecer o crescimento no Brasil. A perspectiva do crescimento chinês é de 3% a 4% e não mais de taxas de 7% a 8% como no passado recente. [...] Considerando a massa de desempregados já produzida e o efeito cruzado das diferentes alterações implementadas, injetou-se na sociedade Brasileira forte dose de desânimo e descrença no futuro. De forma ainda mais incisiva desarma-se um modelo de inclusão que valorizava o mercado interno e a formalização do mercado de trabalho. (CARLEIAL, 2015, p. 210).

O trabalho e as relações de trabalho se desenvolvem e são modificados com o avanço tecnológico e alterações sociais e econômicas, temos hoje a imposição da flexibilidade para empregados e empregadores em todo o globo.

Contudo, além da flexibilidade, para que um indivíduo conquiste uma vaga de emprego dentre as poucas existentes na atualidade, é necessário que o mesmo obtenha alta qualificação, que no geral começa a ser constituída nos primeiros anos da escola. Porém, no mundo atual, nem todos os jovens tem o privilégio de obter uma educação de qualidade, resultando na marginalização de muitos e na inserção de poucos.

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDE E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Apesar da importância de estudos a respeito da juventude e dos fatores que impactam estes indivíduos, Coob-Clark, 2008 (apud OLIVEIRA et al., 2016) afirma que a juventude é o assunto menos estudado no campo da demografia quando comparado a outros fenômenos, como migração, envelhecimento da população e aumento do número de divórcios e de arranjos unipessoais. O mesmo acontece no que se refere a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Portanto o objetivo deste capítulo é a compreensão do que é a juventude Brasileira hoje, além de entender as particularidades relacionadas à educação e renda que interferem na inserção destes jovens no mercado de trabalho.

2.1 Conceito de juventude

Uma interessante definição do que seria ou quem seriam hoje em dia os indivíduos alocados nesta camada da sociedade foi elaborada por Mello (2005, p.21), onde o autor retrata que "juventude poderia ser definida como uma fase de transição entre os limites da dependência e da autonomia. Os jovens aparecem ora tendo pouca idade para algumas coisas, ora já tendo passado da idade para outras coisas".

Na mesma linha de raciocínio, Dayrell (2003), retrata que

> [...] juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem, pois os jovens se apresentam como sujeitos sociais, que vivem e se constituem como tais nas relações estabelecidas no seu cotidiano. (DAYRELL, 2003, p. 42)

Podemos constatar mediante ideias de Carvalho (2009, p. 22) que a juventude não foi sempre assim, o autor relata que "no início do século XX, a juventude nem sequer possuía uma existência social, pois os indivíduos passavam diretamente da condição de criança para a condição de adulto". Dessa maneira observa-se que o conceito de juventude é mutável e tais mutações dependem dos fatores sociais que interagem com estes indivíduos.

Diversos autores convergem para a ideia de que o fim da juventude se dá após o casamento e consequentemente à formação de uma família. Um autor que trabalhou bem este conceito foi Becker (1991, apud OLIVEIRA et al., 2016), o autor argumenta que no modelo tradicional de união, ou casamento, o homem irá atuar como o provedor financeiro enquanto a

mulher cuida da casa, de tal forma que os ganhos do casamento são ampliados em função da especialização dos papéis de gêneros. Com os movimentos femininos para melhoria no status das mulheres, as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho têm diminuído. Becker (1991, apud OLIVEIRA, 2016), conclui que as funções de homens e mulheres na questão da produção tornam-se mais similares, reduzindo supostos ganhos anteriormente associados à divisão sexual do trabalho entre o casal.

No Brasil, tratando-se da parte burocrática ou oficial do conceito de juventude, temos a descrição estabelecida pela Secretaria Nacional de Juventude que define como jovens aqueles que possuem entre 15 e 29 anos (Lei n. 11.129/2005, art. 11). Oliveira et al. (2016) argumenta que o limite inferior é uma definição de característica biológica, pois aos 15 anos já estão desenvolvidas e plenamente estabelecidas as funções sexuais e reprodutivas, sendo este um dos principais fatores que diferenciam o adolescente da criança. Em contrapartida, o limite superior é subjetivo. Segundo Oliveira et al. (2016), à medida que os filhos prolongam o tempo de permanência na casa dos pais, o conceito de jovem vai sendo redefinido.

Jovens também são retratados como indivíduos que se encontram em um período inicial de seu desenvolvimento orgânico. O termo provém do latim “Juventus” para referir à idade situada entre a infância e a idade adulta. Segundo a Organização das Nações Unidas, a extensão da juventude pode variar desde os 10 até os 23 anos, tanto na puberdade como na adolescência tardia, até chegar à juventude propriamente dita. No Brasil, de acordo com a PEC da Juventude aprovada pelo Congresso em Setembro de 2010 e o Estatuto da Juventude sancionado em 2013, considera-se jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos de idade.

A classificação dos jovens utilizada para o desenvolvimento deste estudo será a mesma da PEC da Juventude citada anteriormente, ou seja, de 15 a 29 anos. Está classificação é amplamente utilizada em pesquisas relacionadas aos jovens no Brasil, inclusive pesquisas abordadas de forma ampla no presente estudo, como o relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) da OIT. De acordo com o relatório Trabalho Decente e Juventude (2014), esta classificação etária dos jovens decorre do entendimento de que a transição para a idade adulta tem se estendido, considerando-se não só a formação escolar e a entrada no mundo do trabalho, como a aquisição de autonomia e, em geral, a constituição de nova família. Considerar a juventude até esse limite permite captar a complexidade das experiências de transição dos jovens para o trabalho, tanto ao longo como depois de completarem os estudos.

2.2 A juventude Brasileira

Sabe-se que o Brasil é um país de grandes proporções e consequentemente grandes variações socioeconômicas e obviamente o mesmo vale para os jovens brasileiros. O relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) utiliza dados do Censo 2010 do IBGE e do TET Brasil 2013 para definir aspectos importantes da juventude brasileira. Inicialmente abordando a distribuição demográfica dos jovens brasileiros, o relatório evidencia:

Tabela 1: População jovem, por cor/raça e área (urbana/rural)

	Urbana		Rural		Total	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Branca	15.475.295	35,3	2.034.581	26,9	17.509.876	34,1
Preta	6.346.845	14,5	953.111	12,6	7.299.956	14,2
Parda	18.748.555	42,8	3.637.411	48,1	22.385.966	43,6
Amarela	906.587	2,1	136.366	1,8	1.042.953	2,0
Indígena	666.084	1,5	155.469	2,1	821.553	1,6
Outras	1.347.716	3,1	559.363	7,4	1.907.079	3,7
Não respondeu	291.662	0,7	81.433	1,1	373.095	0,7
Total	43.782.744	100,0	7.557.734	100,0	51.340.478	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

No que se refere à situação conjugal dos jovens, o relatório evidencia que a maior parte dos jovens brasileiros é solteira e vive com os pais e naturalmente esta condição diminui com o aumento da idade, porem esta diminuição é sempre menor diante do quadro feminino (Tabela 2). Ainda nas diferenças entre os sexos, a pesquisa do TET Brasil 2013 exposta no relatório mostra que a porcentagem de solteiros é significativamente menor para as mulheres em todas as faixas etárias da pesquisa, conforme dados expostos na Tabela 2:

Tabela 2: População jovem, por situação conjugal, grupo de idade e sexo

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Solteiro(a)	Pessoas	8.656.040	7.715.364	5.990.365	4.068.524	4.025.482	3.044.119
	(%)	96,5	85,9	71,1	51,2	48,7	34,8
Casado(a) com registro	Pessoas	67.534	174.261	600.524	1.215.389	1.519.849	2.321.789
	(%)	,8	1,9	7,1	15,3	18,4	26,5
Casado(a) sem registro/ convivente	Pessoas	243.640	1.076.634	1.776.911	2.526.861	2.554.812	3.158.084
	(%)	2,7	12,0	21,1	31,8	30,9	36,1
Desquitado(a) ou divorciado(a)	Pessoas	0	17.893	52.707	98.675	162.229	214.188
	(%)	0,0	0,2	0,6	1,2	2,0	2,4
Viúvo(a)	Pessoas	0	0	0	43.261	0	15.344
	(%)	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2
Total	Pessoas	8.967.214	8.984.152	8.420.507	7.952.710	8.262.372	8.753.524
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

Em relação à escolaridade, os dados do relatório mostram que a universalização do acesso à educação básica é praticamente uma realidade entre os jovens brasileiros. Do total de pessoas entrevistadas, 99,9 por cento já frequentaram a escola (Tabela 3). O relatório ressalta que no caso das mulheres, 0 por cento responderam que nunca estudaram. Dentre a pequena parcela que nunca frequentou a escola (3 de 3.288 casos, todos de jovens do sexo masculino), os motivos apontados pelos jovens foram a ausência de apoio dos pais, a necessidade de trabalhar e não ter desenvolvido interesse pela educação/formação. Os números totais estão expostos na seguinte tabela:

Tabela 3: População Jovem Que Já Frequentou A Escola

	Total		Masculino		Feminino	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Sim	51.289.762	99,9	25.599.376	99,8	25.690.386	100,0
Não	50.715	0,1	50.715	0,2	0	0
Total	51.340.478	100,0	25.650.092	100,0	25.690.386	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

Ainda diante do mesmo aspecto, o relatório aponta dados correspondentes à frequência à escola por grupos de idade e sexo, representados na seguinte tabela:

Tabela 4: Frequência à escola, por grupos de idade e sexo

		15 a 19 anos		20 a 24 anos		25 a 29 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Está estudando atualmente	Pessoas	6.553.623	6.350.418	1.710.423	2.113.681	1.040.231	1.113.403
	(%)	73,1	70,7	20,4	26,6	12,6	12,7
Não, completei meus estudos	Pessoas	795.080	1.234.646	2.875.128	2.884.787	3.513.033	3.930.599
	(%)	8,9	13,7	34,2	36,3	42,7	44,9
Não, abandonei antes de me formar	Pessoas	1.606.390	1.399.087	3.816.109	2.954.244	3.677.239	3.683.713
	(%)	17,9	15,6	45,4	37,1	44,7	42,1
Não respondeu	Pessoas	12.120	0	0	0	0	25.808
	(%)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Total	Pessoas	8.967.213	8.984.151	8.401.660	7.952.712	8.230.503	8.753.523
	(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

Diante de tais dados (Tabela 4) é importante ressaltar que independente do sexo, é significativamente alta a proporção de jovens entre 25 e 29 anos que afirmam que abandonaram a escola e ainda não voltaram a estudar (44,7 por cento entre os homens e 42,1 por cento entre as mulheres).

Outra analise importante destes dados é a variação dos jovens que ainda estudam entre as faixas etárias entre 15 a 17 anos versus entre 18 e 24 anos. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa daqueles que ainda estudam é de 87,9% contra apenas 9,5% que abandonaram os estudos, porém na faixa seguinte, entre 18 e 24 anos, os alunos que ainda estudam representam apenas 31,8%.

De acordo com o relatório estes dados indicam que há um significativo marco no que diz respeito à permanência nos estudos ou não, que parece ser justamente a passagem à maioridade.

Ainda sob o aspecto da escolaridade, o relatório aponta os principais motivos de abandono dos estudos relatados pelos jovens, são eles:

Tabela 5: Motivos de ter abandonado a escola, por área (urbana/rural) e sexo:

	Urbana			Rural			Total
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	
Motivos familiares	36,9	13,5	62,5	39,9	17,3	71,2	37,4
Motivos econômicos (necessidade de trabalhar)	37,0	52,1	20,5	40,2	55,6	18,9	37,5
Busca de autonomia	16,8	24,5	8,4	11,9	17,2	4,6	16,0
Motivos escolares	16,5	19,2	13,6	18,4	23,6	11,2	16,8
Outras respostas	4,0	4,9	2,9	4,0	3,4	4,7	4,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

De acordo com a tabela acima pode-se observar que independente da área habitacional, seja ela rural ou urbana, a evasão escolar por parte da população jovem ocorre em sua maioria devido a motivos econômicos, ou seja, a necessidade de trabalhar. Têm-se dessa forma os jovens estão interrompendo os estudos em troca de trabalho. Dados levantados pelo TET Brasil 2013 demonstram como a juventude Brasileira está distribuída economicamente:

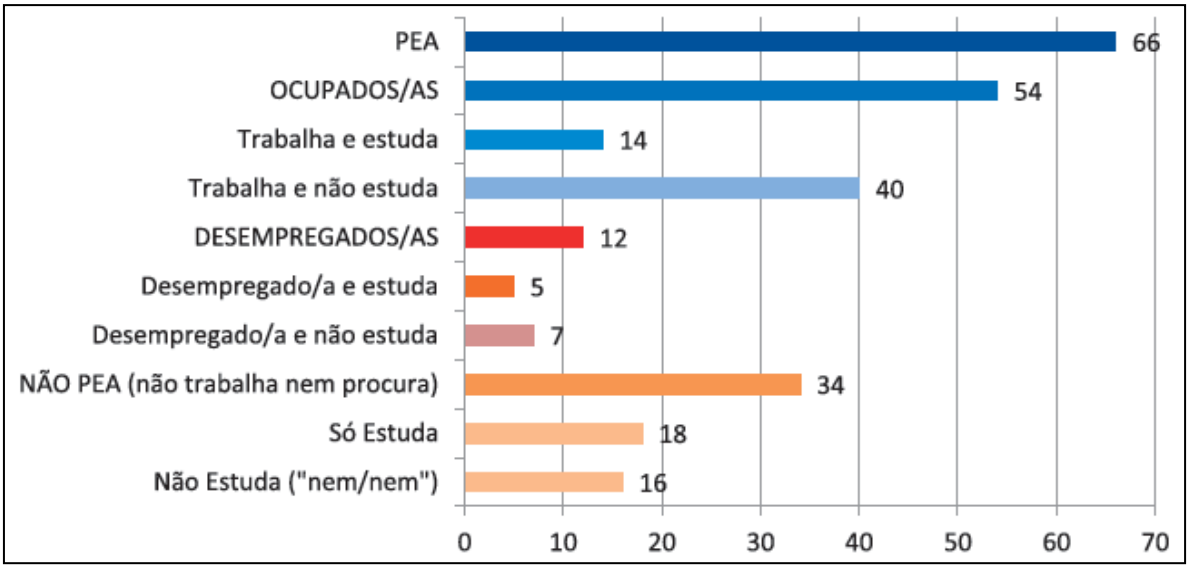

Gráfico 1: População economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa por situação de estudo e sexo:
Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) – OIT

A pesquisa do TET Brasil 2013 exposta acima no Gráfico 1 revela o expressivo número de jovens brasileiros que trabalham e não estudam, assim como também é importante o número de jovens brasileiros que atualmente não trabalha e também não estuda, a chamada de geração “nem nem”.

Com o passar das décadas e com os avanços tecnológicos, as gerações vêm mudando suas ambições e perspectivas quanto à escolaridade e emprego. A geração "nem nem" citada acima é um dos exemplos de gerações que demonstram uma ruptura em paradigmas sociais, porem ela não é a única. Dentre estas gerações que demonstram rupturas paradigmáticas, muito se fala da chamada "Geração Y" que devido às grandes rupturas que causou, ganhou grande foco nos estudos acadêmicos e na mídia.

2.3 A geração y e os jovens: jovens ou geração y?

O conceito de juventude na atualidade ainda é muito relacionado com a temática da Geração Y. Portanto, para que se entenda como é a juventude brasileira, é importante evidenciar as principais características desta geração. Diretamente impactados pela evolução tecnológica e pela globalização, os indivíduos pertencentes à Geração y possuem características peculiares.

Apesar de haver muitos estudos sob a temática de Geração Y, não existe uma definição padrão, ou oficial, a respeito desta geração. Porém, podemos observar diversos pontos em comum nas mais variadas definições da Geração Y. De acordo com Engelmann (2009), a Geração Y representa a geração descendente da Geração Baby Boomers, que por sua vez é representada pelos indivíduos nascidos entre os anos 1964 e 1977. Portanto, a Geração Y corresponderá aos indivíduos nascidos entre 1978 e 1994.

Enquanto os conceitos relacionados às gerações anteriores (Babyboomers, Geração X) tiveram pouca repercussão em estudos realizados no Brasil, atualmente, a discussão sobre a Geração Y tem crescido nos mais diferentes meios, com maior destaque inclusive nas redes sociais.

Segundo Lombardia (2008) é a geração dos resultados, nasceram na era das inovações tecnológicas, da internet, do excesso de segurança e do recebimento de estímulos constantes por parte dos pais.

Oliveira (2009) acredita que a geração Y é motivada por desafios e interesse de ascensão rápida, buscando rotatividade nas empresas. De acordo com o autor essa nova geração possui importantes particularidades, pois nasceu na era da tecnologia, da internet e do excesso de informação, não passou por nenhuma importante ruptura no parâmetro social, esta habituada com a democracia, a liberdade política e prosperidade econômica.

De acordo com Loiola (2009), uma característica muito marcante dos indivíduos da Geração Y é que aceitam a diversidade em todos os aspectos, convivem muito bem com as diferenças de etnia, sexo, religião e nacionalidades em seus círculos de relação.

Diante de uma perspectiva diferente, alguns autores acreditam que a chamada Geração Y não deve ser utilizada para a compreensão de um grupo, como os jovens. Rocha-de-Oliveira et al., (2016) ressaltam que não podemos destacar todos os jovens como Geração Y em um país onde o ensino superior é um privilégio e a inserção digital um desafio. Este aspecto reflete a importância de um estudo mais detalhado a respeito dos jovens, como, por exemplo, sua classe social ou nível de formação.

O agrupamento de todo um grupo em um conceito amplo como "Geração Y" pode distorcer os estudos, principalmente quando relacionado à inserção de jovens no mercado de trabalho. Se assumirmos a Geração Y como a classe jovem atual, temos de aceitar que todos os jovens estão imersos na tecnologia e na globalização, porém é sabido que a muitas das redes públicas de educação no Brasil não oferecem sequer um computador para os estudantes. Esta informação é nítida diante da pesquisa TIC Educação 2013, onde é relatado que na grande maioria das escolas públicas urbanas (95%) tem computadores instalados em suas dependências, mas apenas em 6% delas os equipamentos estão presentes nas salas de aula regulares. Os principais locais de instalação dessas máquinas ainda são a sala do diretor e a da coordenação pedagógica.

A última pesquisa da TIC Educação 2015, realizada de setembro a dezembro de 2015 releva que as disparidades entre a utilização da tecnologia entre as redes públicas e privadas de educação continuam. Uma comparação entre os locais de acesso à internet disponíveis nas escolas (públicas e privadas) está disposta a seguir (Gráfico 2):

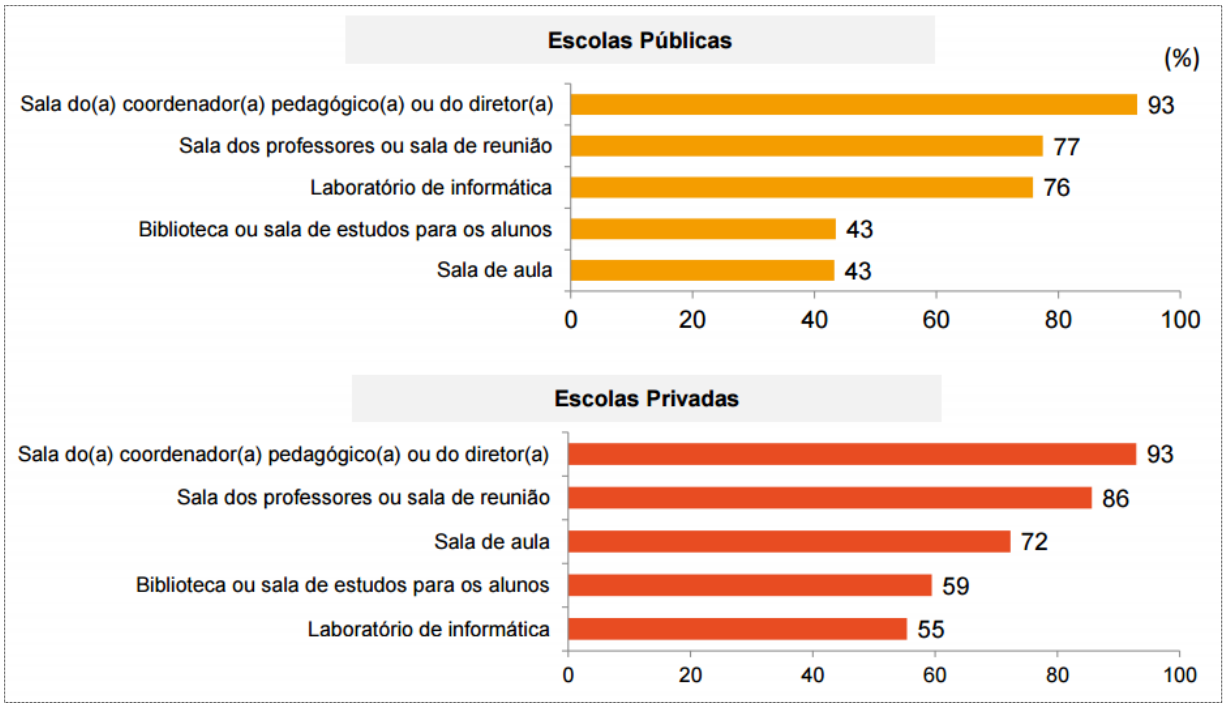

Gráfico 2: Internet: locais de acesso na escola (2015)
Fonte: TIC Educação 2015 - Elaboração: TIC Educação 2015

Os dados da pesquisa mostram que, na maior parte dos aspectos avaliados, as escolas públicas possuem menos acesso e disponibilidade de internet em suas dependências. O mesmo ocorre para o acesso ao Wi-Fi:

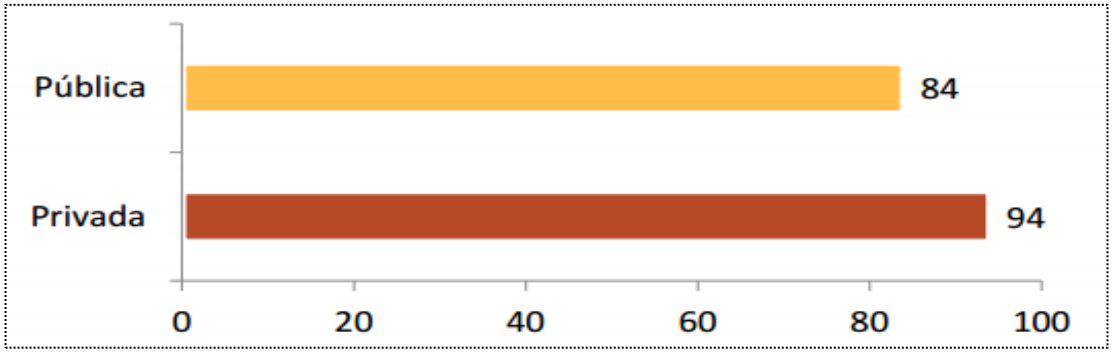

Gráfico 3: Acesso ao Wi-Fi nas Escolas Públicas e Privadas (2015)
Fonte: TIC Educação 2015 - Elaboração: TIC Educação 2015

Outro dado importante apontado pela pesquisa, que neste caso não é de responsabilidade da escola, é a utilização da internet no celular:

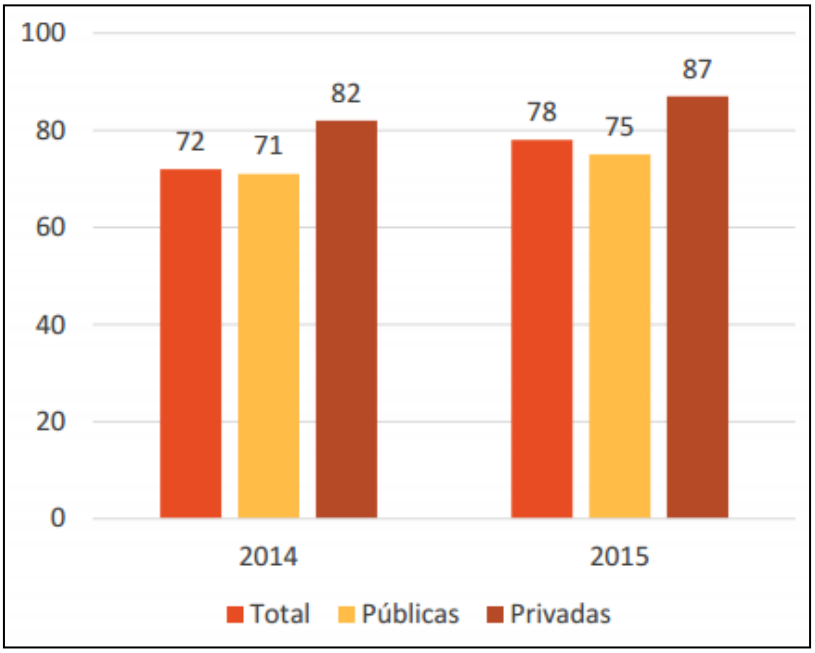

Gráfico 4: Uso de Internet no Celular nas Escolas Públicas e Privadas (2014 e 2015)
Fonte: TIC Educação 2015 - Elaboração: TIC Educação 2015.

Os dados da pesquisa TIC 2015 apresentados nos gráficos acima mostram como os alunos das redes privadas de educação utilizam mais a internet no celular comparado aos alunos das redes públicas de maneira significativa.

Estes dados refletem que o conceito de que todos os jovens dispõem de tecnologia e informação no mundo atual não é predominante. Muitos jovens brasileiros ainda não dispõem da tecnologia e da internet, portanto, diante de tais dados, torna-se questionável entender a juventude atual em apenas um grupo: Geração Y.

2.3 A educação dos jovens no Brasil

Diante de todas estas alterações no mundo e no mercado de trabalho, estão os jovens, em busca de educação de qualidade para enfim conseguirem o tão sonhado primeiro emprego. Estes jovens hoje são os indivíduos que moldam o mundo trabalho, entretanto, atualmente poucos conseguem emprego nas carreiras almejadas, Antunes (2009) ressalta que mesmo quando possuem qualificação, migram de um emprego para outro, até chegar ao objetivo estabelecido, sendo que nem sempre isso acontece.

Quando não possuem qualificação, são obrigados a aceitar trabalhos voluntários ou estágios para assim almejarem uma possível efetivação e com ela ainda uma baixa remuneração. A preocupante decadência do emprego estrutural vem em conjunto com

diversos problemas sociais, que inevitavelmente afetam todo o globo e obviamente afetam os jovens diretamente.

Historicamente o Brasil vivencia sérios problemas oriundos do baixo investimento educacional e de políticas públicas que não priorizam o tema com o devido valor. Para Teixeira (1969), já na década de 60, a expansão do ensino era:

> O caso mais espantoso e grave de charlatanismo e demagogia, porque não estamos reformando o ensino, não estamos dando o ensino que deveríamos a sociedade Brasileira e estamos multiplicando indefinidamente instituições que antes deveriam passar por profundas reformas. E chegamos a criar esta coisa paradoxal. Cria-se o ensino superior hoje com mais facilidade que uma escola primária. (TEIXEIRA, 1969, p, 49.)

É certo que o quadro apresentado por Teixeira (1969) não se alterou muito até os dias atuais. Neste ponto, Picanço (2015) corrobora que o Brasil já sustenta há anos péssimos indicadores de acesso à escolarização, além é claro de gritantes desigualdades quando segmentamos esta análise por cor e renda. Dificilmente encontramos na história do investimento educacional no Brasil algo que cause algum impacto significativo, tratando-se neste caso obviamente do setor público educacional.

O baixo investimento na educação pública foi inversamente proporcional ao investimento da educação privada o que tornou os egressos das escolas privadas mais bem preparados para a seleção no vestibular. Além disso, outro fator que influencia a segregação educacional é a não expansão das vagas de ensino superior, que por fim irá restringir ainda mais o acesso dos grupos sociais em desvantagem socioeconômica, são fatores que serão desenvolvidos mais adiante neste trabalho. (PICANÇO, 2015)

Ainda com relação à qualidade da educação do Brasil, Picanço (2015) evidencia alguns dados quanto à desigualdade educacional no país e sua evolução. A autora relata que com o aumento do acesso ao ensino médio ocorreu impacto crucial na diminuição das desigualdades entre os grupos de cor e renda. Em 1993, entre os brancos acima de 18 anos, 13,2% tinham o ensino médio completo, já entre os negros o percentual era 7,8% resultando em quase dois brancos para um negro. A ampliação com o passar do tempo diminuiu pouco entre os dois grupos, chegando em 2011, com os percentuais de 27,8% e 24,8%, respectivamente. Tomazetti e Schlickmann (2016) corroboram que somente a partir dos anos 1990 que o Brasil passou a praticar políticas sociais voltadas para o ensino médio, se aproximando de países desenvolvidos, onde projetos de modernização e democratização do ensino são prioritários.

Picanço (2015) relata diversos programas públicos de inclusão social na universidade que foram criados, sendo os mais importantes: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); programas de reserva de vagas ou bônus para grupos de cor, etnia ou renda; o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e o Programa Diversidade na Universidade (PDU). Um dos mais importantes programas desenvolvidos para o acesso à universidade no Brasil, o FIES, criado em 1999, surgiu como uma substituição ao Crédito Educativo (Creduc) pelo governo federal, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso e o ministério de Paulo Renato de Souza na Educação.

Ao longo dos anos 2000, o FIES sofreu algumas mudanças e se vinculou ao PROUNI , criado em 2004, e passou a estabelecer que pudessem se candidatar bolsistas parciais de 50% do PROUNI, estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados em cursos considerados prioritários, estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados nos demais cursos, estudantes matriculados em instituições de educação superior que tenham aderido ao PROUNI e estudantes matriculados em IES que não tenham aderido ao programa (PICANÇO 2015).

Contudo, para uma análise mais efetiva sobre o saldo do investimento educacional do Brasil, ou seja, a prerrogativa para entender se todo investimento está correspondendo à demanda existente, podemos utilizar importantes dados levantados por Neves (2007), onde a autora evidencia de forma racional este saldo: em 1998, 776.031 vagas foram ofertadas para cursos presenciais, distribuídas entre 205.725 nas IES públicas e 570.306 na privada; em 2010 foram ofertadas 3.120.192 vagas, distribuídas entre 445.337 nas IES públicas e 2.674.855 na privada. Enquanto o número de vagas no setor público cresceu 116, 4 %, no setor privado cresceu 369,02%. E mesmo com o número de candidatos crescente, a taxa candidato/vaga cai de 3,7 para 2,1, sendo que a queda no segmento público foi de 7,8 para 7,6 e no privado 2,2 para 1,2.

O resultado é uma queda na taxa de ocupação que passa de 83,9% para 51,0%: no segmento público cai de 95,4% para 91,7% e no segmento privado, de 79,8% para 44,2% (NEVES, 2007). Claramente os investimentos em educação e ensino ainda são exorbitantemente maiores no setor privado, porem observando o contexto geral da educação no Brasil pode-se observar um avanço significativo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 (PNAD) revelou que cerca de 14 milhões de jovens, na faixa etária entre 15 a 29 anos, podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo; 53,8%

pertenciam ao extrato intermediário, com renda domiciliar per capita entre meio e 2 salários mínimos; apenas 15,8% viviam em famílias com renda superior a 2 salários mínimos.

Pesquisas realizadas pela PNAD do IBGE e expostos no texto *Trabalho Decente e Juventude (2014)* da OIT, contribuem de forma significativa para que se possa entender a atual situação educacional dos jovens brasileiros. Esta pesquisa, que foi denominada "Educação Dos Jovens Brasileiros No Período 2006-2013", realiza uma comparação de importantes índices educacionais brasileiros entre os anos de 2006 e 2013. Começando pelo total de anos de estudo que indivíduos de determinadas faixas etárias possuem, a pesquisa relata os seguintes dados:

Tabela 6: Anos de Estudo – Brasil – 2006/2013

	2006	2013	Variação (%)
15 a 17	7,26	7,73	6,5%
18 a 24	9,07	9,83	8,4%
25 a 29	8,80	10,06	14,3%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPEA

Os dados apresentados na Tabela 6 mostram uma tímida variação positiva nos anos estudados em determinadas faixas etárias, porém, está variação positiva não representa um verdadeiro avanço na educação do Brasil. Diante destes dados a pesquisa relata que na realidade o total de anos de estudo no Brasil ainda está aquém de um patamar educacional adequado. A pesquisa informa que o valor ideal de anos de estudo dos jovens de 15 a 17 anos deveria ser entre 8 e 11 anos, valor muito acima dos 7,73 obtidos na pesquisa. Assim como os jovens de 18 a 24 anos deveriam ter em média 11 ou mais anos estudados, representando também um importante aspecto negativo na educação dos jovens brasileiros. A pesquisa conclui que no aspecto de Anos de Estudo, ainda há de se elevar substancialmente o nível educacional dos jovens.

Para analisar as disparidades educacionais por renda, a mesma pesquisa (Educação Dos Jovens Brasileiros No Período 2006-2013) dividiu a população em cinco grupos de igual tamanho (denominados quintis) considerando a distribuição da renda domiciliar per capita.

Sendo que o grupo de menor renda representa o primeiro quintil e o de maior renda representa o ultimo quintil, ou *Quintil 5*. Dessa forma, a pesquisa resultou nos seguintes dados:

Tabela 7: Anos de Estudo Por Renda – Brasil – 2006/2013

	quintil 1			quintil 5		
	2006	2013	Variação (%)	2006	2013	Variação (%)
15 a 17	6,10	6,85	12,4%	8,56	8,63	0,8%
18 a 24	6,65	7,89	18,7%	11,55	11,34	-1,8%
25 a 29	5,41	7,09	31,1%	12,21	12,21	0,1%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPEA

Os dados apresentados na Tabela 7 refletem uma importante redução no total de anos de estudo proporcional a renda, ou seja, quanto menor a renda, menos anos de estudo. A diferença entre os anos estudados de acordo com a renda demonstra o quão preocupante é a realidade Brasileira diante deste aspecto, fator que resulta em mais de 5 anos a mais de estudos para os indivíduos de 25 a 29 anos do quinto quintil (Quintil 5).

Ainda relacionando a renda à educação, a pesquisa *Educação Dos Jovens Brasileiros No Período 2006-2013* da PNAD aponta outro aspecto importante, trata-se da proporção de jovens com ensino médio e ensino superior, por renda, apresentado na seguinte tabela:

Tabela 8: Proporção De Jovens Com Ensino Médio E Ensino Superior, Por Renda – Brasil – 2006/2013

	quintil 1			quintil 5		
	2006	2013	Variação (p.p.)	2006	2013	Variação (p.p.)
Proporção com EM Completo						
18 a 24	15,5%	25,9%	10,41	83,6%	78,4%	-5,19
25 a 29	14,3%	26,3%	12,00	86,3%	85,3%	-0,97
Proporção com ES Completo						
18 a 24	0,1%	0,3%	0,18	8,2%	10,0%	1,85
25 a 29	0,3%	1,2%	0,89	31,9%	33,9%	1,92

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: IPEA

Os dados da Tabela 8 retratam novamente um verdadeiro abismo educacional diante das classes sociais. Tais dados demonstram que a probabilidade de um jovem concluir o ensino médio é cerca de três vezes maior se ele pertencer ao quintil mais rico em relação ao mais pobre.

Os dados mostram que a grande maioria dos jovens em nosso país não possuem as condições devidas de ensino e acesso a informação. Diante desta perspectiva podemos elucidar este entrelace educacional brasileiro nas palavras de Dufour (2005):

> [...] como os alunos foram impedidos de se tornarem alunos, os professores estão cada vez mais impedidos de exercer seu ofício. Há trinta anos, de reformas em reformas ditas "democráticas", os responsáveis políticos e seus conselheiros, os especialistas em pedagogia, não param de lhes dizer que eles deviam abandonar sua velha pretensão de ensinar (DUFOUR, 2005, p. 136).

Os dados convergem o entendimento de que educação no Brasil está aquém do que é necessário para uma formação de qualidade, o que impacta diretamente na inserção do jovem no mercado de trabalho. Está cada vez mais nítido que no mundo do trabalho, só se salvarão os jovens mais qualificados, que forem bilíngues e tenham uma sólida formação em tecnologia de informação. Porém, será que estes jovens que vivem em famílias com renda de até meio salário mínimo possuem as devidas ferramentas educacionais e oportunidades para adquirirem tais requisições do mercado de trabalho?

Na era da informação diversos fatores que antes não existiam passam a impactar de forma direta a educação e os jovens, fatores estes suportados por um agente que está presente em toda a evolução tecnológica: a globalização. Moreira e Kramer (2007), baseados nas colocações de Sennett (1999), representam na seguinte forma as principais mudanças no emprego que foram causadas pela flexibilização e pela globalização:

> [...] Alça-se flexibilidade à condição de mola-mestra do sistema. Ao mesmo tempo, atacam-se a rigidez da burocracia e os prejuízos de uma rotina cristalizada. Incitam-se os trabalhadores a serem ágeis, a abrirem-se a mudanças "a curto prazo", a assumirem frequentes riscos, bem como a dependerem menos de leis e de procedimentos formais. Como consequência da ausência de perspectivas "a longo prazo", afrouxam-se os elos de confiança e de compromisso, alienando-se a vontade do comportamento. (MOREIRA; KRAMER, 2007)

Estas importantes mutações provenientes da globalização impactam também o ensino e a forma que a informação é repassada aos jovens. De acordo com Morin (2009), o ser humano começa a formar suas principais opiniões durante o ensino médio e nota-se assim, a importância da forma e conteúdo de ensino nesse período na formação do indivíduo.

Pode-se observar que na grande maioria dos países, o ensino médio é fragmentado em disciplinas desassociadas.

Morin (2009) critica o ensino atual e incita novas formas de visualizar o mesmo, além de ressaltar a importância do entendimento de como estas gerações estão sendo formadas perante o atual ensino que lhes é oferecido. Para o autor, que trabalha com a palavra "hiperespecialização" como forma de diagnosticar a dissociação da ciência, temos como resultado uma visão do todo que é sempre imparcial. Pode-se entender assim, diante dos preceitos de Morin (2009), que o formato sistemático e segregado que as matérias são ensinadas na escola é contraditório, pois acaba privando os alunos do desenvolvimento de uma visão holística a respeito do mundo em que vivem.

O ensino médio brasileiro possui hoje muitos déficits quanto à forma com que o conhecimento e a informação são transmitidos para os alunos, sendo que o objetivo final deste conhecimento muitas vezes deixa de lado a evolução dos alunos como indivíduos e cidadãos. O verdadeiro objetivo do ensino médio é muito controverso, dessa forma, com intenção de obter um racional a respeito deste tema, Tomazetti e Schlickmann (2016) citam opiniões comuns de autores como Dubet (1997, 2006); Canário (2005, 2006); Dayrell (2007); Sposito (2000, 2009); Esteves (2005); Romero (2007); Tomazetti e Ramos (2010); Souza (2003), onde os mesmos compartilham da ideia de que o ensino médio deve:

> [...] possuir um sentido em si mesmo e ser um espaço de convivência entre gerações e entre os próprios jovens, não se apresentando como mecanismo de seleção e de competição. Em decorrência disso, as culturas juvenis, próprias do público do ensino médio, estariam incorporadas. Embora consenso para muitos estudiosos da temática, o caráter propedêutico no processo de ensino ainda predomina. (TOMAZETTI; SCHLICKMANN, 2016)

Contudo, o ensino médio no Brasil atualmente está muito longe de atingir tais objetivos. Abramovay e Castro (2003, apud TOMAZETTI; SCHLICKMANN, 2016) realizaram um estudo em treze capitais brasileiras para diagnosticar a percepção de docentes e discentes quantos aos objetivos do ensino médio, tanto na rede pública quanto na rede privada. Os jovens entrevistados relatam que o principal objetivo era "preparação para o curso superior" em primeiro lugar e em seguida a "preparação para o trabalho".

Por outro lado, os professores quando questionados a respeito dos objetivos principais para os alunos de ensino médio, apontaram em primeiro lugar "preparar o aluno para a vida", seguida da opção "preparar o aluno para o mercado de trabalho" e como terceira opção mais assinalada a "preparação para o curso superior" Abramovay e Castro (2003, Apud TOMAZETTI; SCHLICKMANN, 2016). Dessa forma, considerando o princípio de que o

mais importante no ensino médio seria a convivência entre gerações e entre os jovens, priorizando o desenvolvimento como cidadãos e a evolução como indivíduos, pode-se observar que o país está muito defasado neste quesito, com alunos e professores mais preocupados apenas na aprovação em uma prova.

Nas palavras de Moreira e Kramer (2007) a escola no Brasil é concebida como um negócio, onde o conhecimento foi reduzido a uma ferramenta para o ingresso na universidade. E esta perspectiva os autores destacam que os

> [...] saberes e temas fundamentais da existência humana são negligenciados, em prol dos elementos que conformam a agenda educacional da sociedade de hoje, elaborada, ao menos em parte, sob a influência de organismos internacionais. (MOREIRA; KRAMER, 2007)

Os problemas encontrados na educação dos jovens no Brasil são muitos, neste contexto, Morin (2009) propõe uma maneira de reformular o pensamento educacional sobre uma nova concepção de mundo e principalmente da existência, em uma forma de analisar como as coisas se relacionam entre si.

Para que se possa analisar este problema existente na educação atual, ou seja, o déficit no modo que o jovem entende e reconhece o mundo, Morin (2009) utiliza os seguintes aspectos:

> Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários. (MORIN, 2009, p. 13)

Tais aspectos relatados por Morin (2009), diretamente relacionados com a tecnologia, estão presentes de maneira integral no ensino e no cotidiano dos jovens. Para o autor, a fragmentação do conhecimento causada pela rapidez da informação faz com que o jovem separe as partes do todo, internalizando apenas uma forma de aprendizagem superficial. Ao se deparar com a forma habitual e fragmentada de aprendizagem não é possível unir as informações de maneira natural e complexa.

O raciocínio logico evolui de forma retilínea durante a principal fase de aprendizado, prejudicando assim a capacidade de formar opiniões e analisar situações que se distinguem do habitual (MORIN, 2009). Portanto, segundo Morin (2009) o formato de ensino proporcionado aos jovens, trouxe alguns malefícios como, principalmente, a capacidade de formar opiniões, acarretando também em dificuldades na tomada de decisão e no pensamento analítico.

Em contrapartida, alguns autores são partidários de outra visão em relação a este mesmo tema. Alguns autores defendem que a evolução tecnológica e a internet trouxeram aos jovens uma proximidade maior aos assuntos pertinentes a eles ou não.

Tapscott (1999) defende que a geração provida de informação em rede aprender a interagir com o mundo voluntariosamente, não aceitando informações de forma acabada e estática. Os jovens hoje podem confrontar opiniões, inclusive de seus professores, além de buscar o conhecimento de forma autônoma e eficiente mediante utilização da internet, não necessitando mais, por exemplo, das antigas enciclopédias. A relação entre pratica educativa e tecnologia é muito ampla e discutível, a escola deve ser um ambiente que proporcione aos alunos a evolução do pensamento crítico, assim desafiando-os a construírem uma compreensão de sua presença no mundo.

Conforme ressaltado anteriormente, em conjunto com todas essas alterações sofridas na maneira com que o conhecimento é passado aos jovens, obviamente temos como protagonista a inserção da internet no ambiente escolar e no próprio sistema educacional, tanto dentro quanto fora de sala de aula. De acordo com dados do IBOPE 2013, 78% das pessoas com idade entre 20 e 34 anos acessam a internet. Quando considerado indivíduos com 35 anos ou mais, esse percentual é de 45%. Sabe-se que a internet passou a ser uma importante fonte de informação da grande maioria dos jovens.

A internet proporcionou uma vasta quantidade de informações de forma rápida aos jovens de hoje. Com isso, o advento da internet trouxe mudanças positivas e negativas, que interferiram no crescimento e na capacidade analítica dos jovens. Essa geração passou a não receber apenas as informações disponibilizadas pelos pais e professores do colégio, mas também do mundo todo em tempo real (KUNTZ, 2009).

Neste quesito, Morin (2009) defende que o resultado da busca rápida e especifica seria a difícil consolidação e principalmente o verdadeiro “aprendizado”. Como estas rápidas pesquisas não exigem um elevado grau de energia e esforço, acabam por serem gravadas apenas na memória de curto prazo, fazendo com que estas informações sejam rapidamente esquecidas ou “deletadas” pelo cérebro. Obviamente não se trata de uma sentença aplicável em todos os casos, estudos comprovam que a utilização da memória de longo prazo está cada vez menos presente no cotidiano de aprendizado das pessoas, independentemente da idade (MORIN, 2009).

Conforme a tecnologia avançou, grandes facilitadores foram sendo criados na mesma proporção, disponibilizando assim diversas maneiras do jovem sair do status passivo do aprendizado (KUNTZ, 2009).

O mundo flexível e instável resulta em novas maneiras de pensar e agir perante desafios e situações em que seja necessária a tomada de decisão, impactando de forma integral a vida destes indivíduos. Sendo assim, o cenário educacional dos jovens atualmente se diferencia das gerações anteriores principalmente devido à velocidade da informação impulsionada pela tecnologia. As gerações anteriores obtinham poucas fontes de informação, onde eram quase sempre passivas no recebimento das mesmas. O investimento nacional em educação aumentou nas últimas décadas, conforme dados expostos neste capítulo, porém ainda tem demonstrado insuficiência perante o mercado de trabalho brasileiro. De tal forma, o próximo capítulo foi desenvolvido com intuito de entender como a população jovem está enfrentando os percalços da dificultosa inserção no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 3 - JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Não é de hoje que a inserção dos jovens no mercado de trabalho no Brasil é um grande desafio. O Brasil da República Velha já enfrentava grandes percalços em relação aos jovens e sua preparação para inserção no mercado de trabalho. Naquele tempo a educação já era limitada aos jovens de famílias mais abastadas, e para os que não tinham condições restavam apenas as atividades de subsistência, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Este quadro sofreu algumas alterações no período de industrialização do Brasil, que se deu principalmente após a década de 1930. Com a industrialização se estabilizando no país, consequentemente muitos indivíduos que detinham como única fonte de renda e trabalho o meio rural, passaram a migrar para as cidades, produzindo assim uma extraordinária transformação das estruturas econômicas e sociais (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

3.1 A evolução dos paradigmas do emprego para os jovens no contexto brasileiro

Conforme citado anteriormente neste estudo, Antunes (2012) ressalta que o primeiro formato de emprego do Brasil, o emprego *pré-informacionismo*, se destacava por *superexploração* da força de trabalho, baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade do ritmo de trabalho, e consequentemente o mesmo se aplica para os jovens. Ainda que em ritmo lento, devido à disseminação da informação, o Brasil passou a caminhar rumo ao Capitalismo Flexível, fator que impacta hoje o trabalho integralmente.

Tais transformações resultantes da industrialização impactam diretamente o trabalho e o mercado de trabalho brasileiro de maneira integral (SANTOS; GIMENEZ, 2015). É necessário frisar que apesar das positivas benesses da rápida industrialização, a pobreza e a desigualdade social no país não se alteraram, sendo que em 1980 o Brasil já é colocado como um dos países com maior desigualdade social no mundo (HENRIQUE, 1999). De acordo com Pochmann (2007), a relação entre jovem e trabalho foi, durante um longo período, desprezada perante o governo e as políticas públicas brasileiras e o autor afirma que o tema passou a ter maior visibilidade apenas a partir dos anos 1990 principalmente em decorrência do significativo aumento populacional dos jovens. Inevitavelmente o expressivo aumento populacional juvenil acarretou uma extensa mão de obra excedente, prejudicando ainda mais

o acesso dos jovens no mercado de trabalho. Por fim, a alta demanda de jovens no mercado e a baixa quantidade de postos de trabalho fez com que os jovens ficassem em desvantagem, tendo que assumir funções inferiores, com menores salários e jornadas mais intensas (POCHMANN, 2007).

Conforme dito anteriormente, somente a partir dos anos 1990 que a relação juventude e trabalho passou a ter maior notoriedade perante as políticas públicas nacionais, porem também foram anos de extensas crises e recessões no país, pautadas por políticas e reformas neoliberais que causaram uma profunda deterioração do mercado de trabalho dos anos 1980 e desencadearam por fim uma grande desestruturação do trabalho no Brasil nos anos 1990. No período de 2004 a 2010, a economia Brasileira passou a demonstrar maior estabilidade e crescimento do PIB que resultou em impactos positivos na geração de emprego, elevação dos salários e redução do desemprego (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Em decorrência dos avanços proporcionados pela melhora na economia, a temática da juventude começa a ganhar espaço e maior complexidade na agenda pública nacional, e tal conjuntura também influencia na política e nos investimentos relacionados ao trabalho. Contudo o jovem começou a entrar nas estatísticas de desemprego, proporcionando desagregação do tecido social e aumentando o tamanho e a proporção da pobreza estrutural do país, de tal forma que passou a gerar a preocupação de governos e organismos sociais. Tais fatores incomodam o governo e consequentemente o jovem torna-se público-alvo nas políticas públicas nacionais. (VELASCO, 2012). De acordo com o Censo da Educação Básica do Inep/MEC (apud VELASCO, 2012), houve então no Brasil uma expansão significativa dos cursos de ensino superior, tanto da rede pública quanto da rede privada, sendo que de 2002 a 2012 o número de alunos no ensino superior dobrou no Brasil, aumentando de 3,5 milhões de alunos para 7 milhões. Consequentemente, com mais conhecimento, formação e informação, a empregabilidade dos jovens brasileiros aumenta e o quadro dos jovens no mercado de trabalho demonstra uma efetiva melhora. Neste aspecto Velasco (2012) aponta que programas de formação e qualificação profissionais voltados para a juventude incidem como um retrato do foco atual de políticas públicas trabalhistas. Em contrapartida, alguns autores defendem a opinião de que aprimorar a qualidade do ensino e da formação dos jovens não são suficientes caso o mercado não possua condições de aderir a esta demanda de trabalho. Diante desta perspectiva, Santos e Gimenez (2015) destacam:

> Importante destacar que, a despeito da forte expansão do ensino superior no Brasil, parte importante dos jovens que concluem o ensino médio não terá acesso imediato ao ensino superior. Basta considerar, nesses termos, o fluxo anual de quase 2

> milhões de concluintes do ensino médio e o estoque de quase 8 milhões de brasileiros que já concluíram o ensino médio e ainda não ingressaram na universidade. (SANTOS; GIMENEZ, 2015)

Conforme discutido anteriormente, na área da educação, diversos programas sociais como FIES, PROUNI e PRONATEC vêm contribuindo para a formação dos jovens e consequentemente na inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Santos e Gimenez (2015) sintetizam que além destes fatores, a inserção dos jovens no mercado de trabalho nacional se deu também pelo quadro demográfico favorável em conjunto da melhor estruturação de políticas públicas, que resultaram em uma situação muito favorável, com melhores empregos e melhores postos de trabalho. Em contrapartida, para Araújo (2011) tais programas configuram uma atuação limitada diante da atual realidade e não são capazes de resolver particularidades históricas da estrutura capitalista nacional, que resultam em exclusão social de muitos jovens.

3.2 Os jovens e o desemprego no Brasil

Conforme amplamente discutido neste estudo, o mundo do trabalho é diretamente impactado pelos impressionantes avanços tecnológicos. Desta forma, diante destes avanços, os aspectos trabalhistas são impactados integralmente. De acordo com Dowbor (2002), a tecnologia disseminada pelo globo não deveria desencadear ameaças sociais, porém, os resultados práticos desta disseminação tem sido concentração de renda e desemprego.

Tais fatores somados a recorrentes crises proporcionam uma elevada taxa de desemprego no Brasil. Dados recentemente divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam uma importante queda nas vagas de empregos formais no país. Segundo dados do CAGED, em agosto 33.953 vagas formais foram fechadas no país, culminando no pior resultado para o período desde o início da série histórica, em 2002, conforme demonstrado no seguinte gráfico (Gráfico 5)

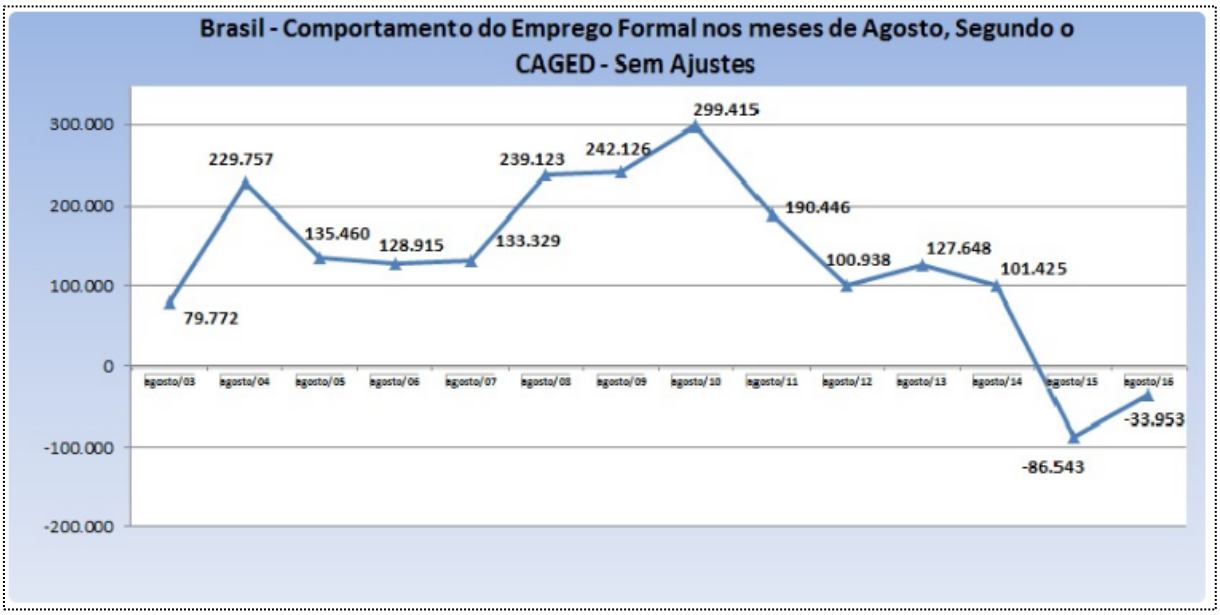

Gráfico 5: Comportamento do Emprego Formal nos meses de Agosto
Fonte: CAGED – Agosto 2016 Elaboração: CAGED

Segundo a pesquisa, os setores que tiveram as maiores perdas de vagas formais foram construção civil (-22.113 postos), agricultura (-15.436) e serviços (-3.014 postos). O CAGED ainda indica um saldo negativo de 624 mil vínculos de trabalho formal no primeiro semestre de 2016. No primeiro semestre de 2015 o saldo também tinha sido negativo, com redução de 306 mil vínculos formais de trabalho.

Algumas pesquisas de mercado de trabalho apontam uma relativa estabilização das taxas de desemprego nos últimos meses no país, contudo é alarmante o alto patamar de desemprego atual. Na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2016, as taxas de desemprego de Julho de 2016 praticamente não apresentaram variação em relação às verificadas no mês anterior, exceto na Região Metropolitana de Salvador, onde a pesquisa aponta que o desemprego continua a crescer chegando a um quarto da força de trabalho. Estes dados são demonstrados seguinte gráfico:

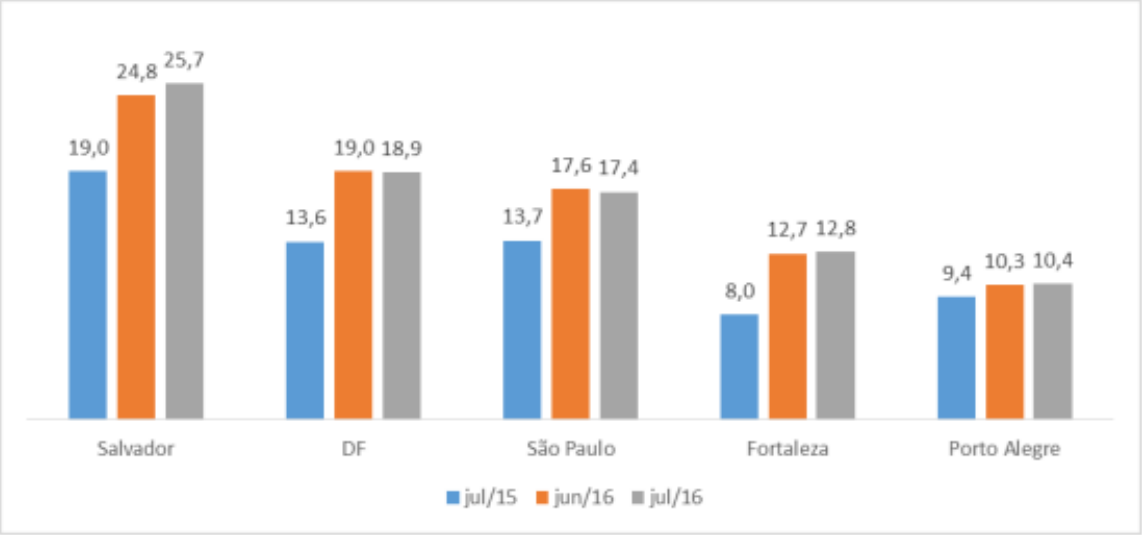

Gráfico 6: Taxa de desemprego total (em %) Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Julho/15, Junho/16 e Julho/16
Fonte: DIEESE/Seade, MTb/FAT e Convênios Regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), 2016.

De acordo com a pesquisa, diante do quadro de aumento do desemprego, os trabalhadores foram obrigados a buscar alternativas fora do mercado formal de trabalho. Os dados indicam que, em 2015, o número de empregados no setor privado com carteira caiu em mais de 1 milhão. Ao mesmo tempo, a pesquisa indica que cresceu o número de trabalhadores domésticos sem carteira e de trabalhadores por conta própria.

Com o crescimento da taxa de desocupação, ocorre o aumento no número de trabalhadores sem carteira assinada, que por sua vez representa o aumento do trabalho desprotegido no país. As ideias de Dowbor (2002) nos ajudam a entender os principais motivos do aumento do trabalho precário, ou desprotegido:

> O candidato a trabalhar fica numa situação precária, onde se reduziram drasticamente os espaços de inserção individual, pois as atividades econômicas ficam dominadas por sistemas empresariais integrados, com muita tecnologia e pouco emprego, enquanto as atividades tradicionais que permitiam a iniciativa individual tiveram o seu espaço reduzido. Gera-se uma imensa sociedade do "bico", bicos de venda, bicos de aulas, bicos de mecânica, bicos de manutenção domiciliar. Para a grande massa da população marginalizada da dinâmica produtiva principal, será necessário construir uma ampla articulação dos vários segmentos de trabalho precário, trabalho informal, trabalho voluntário ou semi-voluntário de terceiro setor e assim por diante. (DOWBOR, 2002, p. 58)

Este expressivo aumento na Taxa de Desocupação continua crescendo ao longo de 2016, e segundo o IBGE/PNAD Contínua a taxa fecha agosto com 11,8% de desocupados. Dados do Boletim Emprego em Pauta do DIEESE, referentes a Maio de 2016, retratam este cenário de desemprego entre os jovens de forma mais detalhada. O relatório aponta que o

desemprego avança em ritmo intenso desde o último trimestre de 2014. Dados do *IBGE/PNAD Continua* demonstram o elevado aumento de desocupação no Brasil:

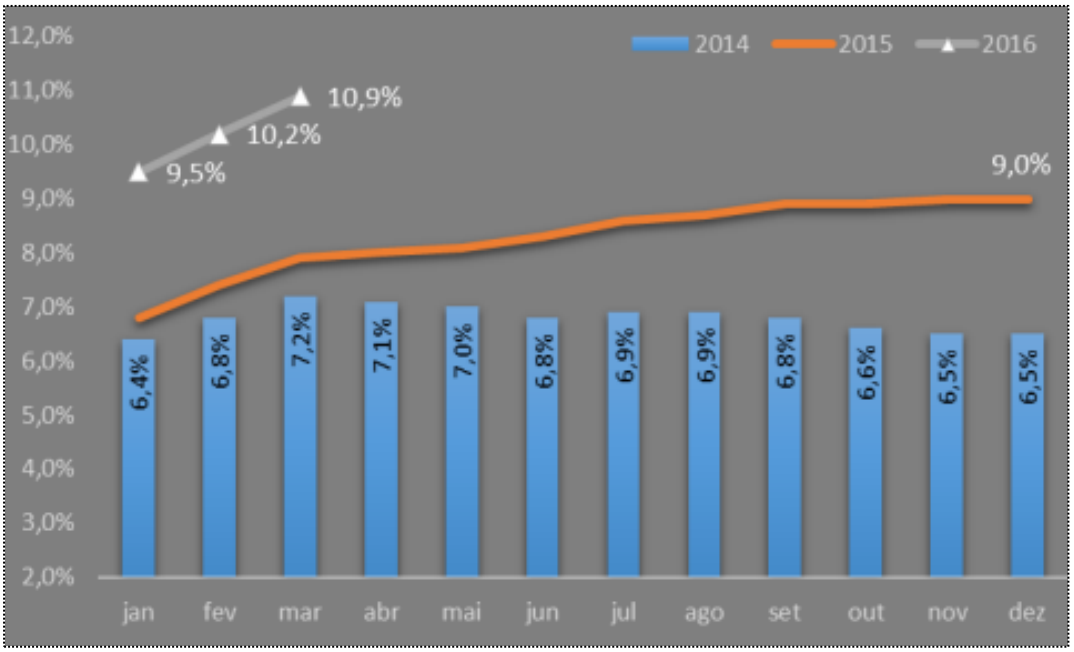

Gráfico 7: Taxa de Desocupação - Brasil (em %) 2014 a 2016 (% da força de trabalho)
Fonte: IBGE/ PNAD Contínua apud Dieese, 2016, p. 2.

O IBGE/PNAD Contínua divulgou em 30/09/2016 os comparativos trimestrais das taxas de desocupação, com valores do trimestre referente a Junho, Julho e Agosto de 2016 fechados. Segundo o estudo, no trimestre de junho a agosto de 2016, havia aproximadamente de 12,0 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, um aumento de 5,1% (583 mil pessoas) frente ao trimestre de março a maio de 2016, quando a desocupação foi estimada em 11,4 milhões de pessoas.

No confronto com igual trimestre do ano passado esta estimativa subiu 36,6%, significando um acréscimo de 3,2 milhões de pessoas desocupadas na força de trabalho. A seguinte tabela (Tabela 9) expressa de forma detalhada a evolução da taxa de desocupação no Brasil:

Tabela 9: Taxa de desocupação – Brasil – 2012/2016

Trimestre móvel		2012	2013	2014	2015	2016
1°	nov-dez-jan	...	7,2	6,4	6,8	9,5
2°	dez-jan-fev	...	7,7	6,8	7,4	10,2
3°	**jan-fev-mar**	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9
4°	fev-mar-abr	7,8	7,8	7,1	8,0	11,2
5°	mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2
6°	**abr-mai-jun**	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3
7°	mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,6	11,6
8°	jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8
9°	**jul-ago-set**	7,1	6,9	6,8	8,9	
10°	ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	
11°	set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	
12°	**out-nov-dez**	6,9	6,2	6,5	9,0	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Elaboração: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Um fator importante da atual crise trabalhista é apontado por Pochmann (2007), onde o autor ressalta que pessoas muito mais qualificadas estão sendo contratadas em postos de trabalho que na realidade não exigem tamanha qualificação. Desta forma é nítido que o fato de termos pessoas com alto nível de qualificação assumindo cargos abaixo de sua competência irá resultar em uma reação em cadeia, onde os menos qualificados e com menos experiência ficarão à margem das vagas de empregos.

Um reflexo deste cenário se dá na importante diminuição da expectativa por um emprego diante da ótica juvenil, fator este que implica em uma juventude que foca cada vez mais na elaboração de projetos de carreira voltados para o trabalho autônomo. (MELO; BORGES, 2007).

Recentemente publicado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), o relatório *Panorama Mundial do Emprego 2016,* já citado previamente neste texto, aponta que o desemprego global entre os jovens deve atingir um total de 71 milhões este ano, indicando uma tendência de alta. De acordo com o relatório, o índice de desemprego desse grupo deve chegar a 13,1% em 2016 e se manter neste mesmo nível até 2017. No ano anterior (2015) o índice de desemprego entre os jovens foi de 12,9%. O relatório da OIT diz ainda que 156 milhões, ou 37,7% dos jovens trabalhadores vivem em pobreza extrema ou moderada, comparado com 26% dos adultos. De acordo com a agência da ONU:

> [...] o alarmante crescimento do desemprego nesse grupo e os níveis preocupantes dos jovens que trabalham mas ainda vivem na pobreza representam a dificuldade para se atingir o objetivo de acabar com a pobreza até 2030. (RADIO ONU, 2016)

Em entrevista à Rádio ONU, o diretor do escritório da OIT em Nova York, Vinícius Pinheiro, falou sobre a situação no Brasil:

> No Brasil, por exemplo, 40% dos jovens estão em empregos informais. O que é fundamental é que o desemprego é somente a ponta do iceberg. Por exemplo, no mundo, aqueles que têm o privilégio de ter um emprego, 38% ganham menos do que US$ 1,90 por dia, que é o patamar inferior à linha de pobreza. E os jovens também estão mais propensos a empregos precários e empregos temporários. (RADIO ONU, 2016)

De acordo com o diretor técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, em uma entrevista concedida à Rádio Brasil Atual no dia 25/02/2016, a juventude é o grupo social mais afetado quando o desemprego aumenta, principalmente quando relacionado ao setor de serviço e de comércio, pois segundo o pesquisador, estes setores são os que mais recebem os jovens no início de carreira. O diretor do DIEESE ainda afirma diante da mesma entrevista que em 2015 percebeu-se uma mudança na trajetória dos jovens, segundo o diretor: "Houve um crescimento dos jovens em busca de trabalho. Então, houve um impacto do desemprego sobre essa parcela da população.

O desemprego atinge a juventude de forma diferenciada da população adulta." Segundo dados do DIEESE ressaltados por Clemente, na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos era de 23%, em 2014, e em 2015, subiu para 28%, valor muito superior quando comparado a taxa de desemprego total da população, que segundo a DIEESE era de 13,7% em Junho de 2015 e 17,6% em Julho de 2016. Dessa forma fica claro que a juventude está com maior dificuldade para a obtenção de emprego do que os demais. (RBA, 2016).

Dados do PNAD demonstram que apesar de ter afetado todas as faixas etárias, a desocupação aumentou de forma mais acentuada entre os jovens até 24 anos e os adultos acima de 40 anos. Um dado alarmante levantado pelo PNAD foi o crescimento dos desocupados entre 14 e 17 anos, que no início de 2016 chegou 37,9% de desocupados, um aumento de 80,5%. Um importante crescimento na taxa de desocupação também é observado entre os jovens de 18 a 24 anos, que aumentou 70,9% em 2016 comparado ao ano anterior, resultando em 24,1% dos indivíduos deste grupo desocupados.

Portanto, com estes dados observa-se que o Brasil possui um quarto da população jovem de 18 a 24 anos desocupada e mais que um terço da população jovem entre 14 a 17

anos nesta mesma situação, sinais alarmantes e negativos que demonstram o preocupante quadro de desemprego no Brasil.

De acordo com o *Boletim Emprego em Pauta* do DIEESE, referente à Maio de 2016, vários motivos podem impulsionar o aumento do desemprego entre os jovens no Brasil. O estudo do DIEESE relata que fatores como o aumento da população com idade superior a 14 anos e poucos mecanismos de proteção que garantem renda familiar mínima e adiam a entrada dos jovens no mercado de trabalho, impactam neste expressivo crescimento na taxa de desocupação dentre os jovens.

3.3 Os causadores do desemprego dos jovens

Para que se possa entender os fatores que causam o desemprego juvenil é previamente necessário entendimento do que caracteriza este tipo de desemprego. De acordo com o relatório *Trabalho Decente e Juventude* elaborado pela OIT, um jovem é considerado desempregado se o mesmo não realizou nenhum tipo de trabalho na semana anterior à pesquisa e está disponível para trabalhar ou procurando algum tipo de trabalho ativamente. A adição do conceito de "ativamente" ocorre, pois muitos destes jovens que estão disponíveis para o trabalho, não estão procurando emprego ativamente, são os chamados trabalhadores desalentados.

De acordo com o mesmo relatório estes jovens desalentados deixaram de procurar trabalho por algum motivo específico como: não saber como ou onde procurar trabalho, incapacidade para encontrar trabalho de acordo com as suas habilidades, experiência anterior em procurar trabalho não teve resultado, sentir-se jovem demais para encontrar trabalho e um sentimento de que não há empregos disponíveis na área.

O conceito de desemprego que não contabiliza os jovens em situação de trabalhadores desalentados é chamado de desemprego estrito. Em contrapartida, o conceito de desemprego caracterizado pela somatória total dos jovens desempregados, ou seja, somando os jovens trabalhadores desalentados é chamado de desemprego ampliado. O relatório *Trabalho Decente e Juventude* divulga a proporção entre estes dois tipos de desemprego no Brasil, representada na seguinte tabela:

Tabela 10: Desemprego entre jovens, definição estrita e ampliada, e desalento

	Total	Masculino	Feminino
Desemprego (estrito)	6.038.878	2.742.448	3.296.430
Desemprego (ampliado)	10.023.361	4.353.431	5.669.930
Proporção de desempregados (% da população jovem)	11,8	10,7	12,8
Taxa de desemprego (definição estrita, %)	17,9	13,9	23,5
Taxa de desemprego (definição ampliada%)	26,6	20,4	34,6
Trabalhadores desalentados	1.344.567	494.895	849.672
Jovens desalentados, como % de desempregados não procurando trabalho ativamente	33,7	30,7	35,8
Jovens desalentados como % da força de trabalho	4,0	2,5	6,1

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório *Trabalho Decente e Juventude,* OIT, 2014.

Diante dos dados observados na tabela acima fica nítido o quão significante é a análise do desemprego juvenil contabilizando os jovens desempregados desalentados. Na época da pesquisa (2013) observa-se que quando somados os desempregados desalentados, o percentual de jovens desempregados no Brasil aumenta de 17,9% na definição estrita para 26,6% na definição ampliada.

Os fatores escolaridade e educação sempre aparecem como um dos mais impactantes dentre os principais causadores do desemprego jovem. De acordo com Trevisan e Veloso (2007), as faixas etárias mais jovens dos trabalhadores são mais impactadas pelo desemprego, pois ocorre uma incompatibilidade entre a oferta e o perfil da demanda por trabalhadores qualificados no mercado de trabalho.

O Relatório *Trabalho Decente e Juventude,* OIT (2014), revela que a proporção de desempregados é expressivamente maior entre os níveis educacionais mais baixos, conforme demonstrado no gráfico a seguir (Gráfico 5):

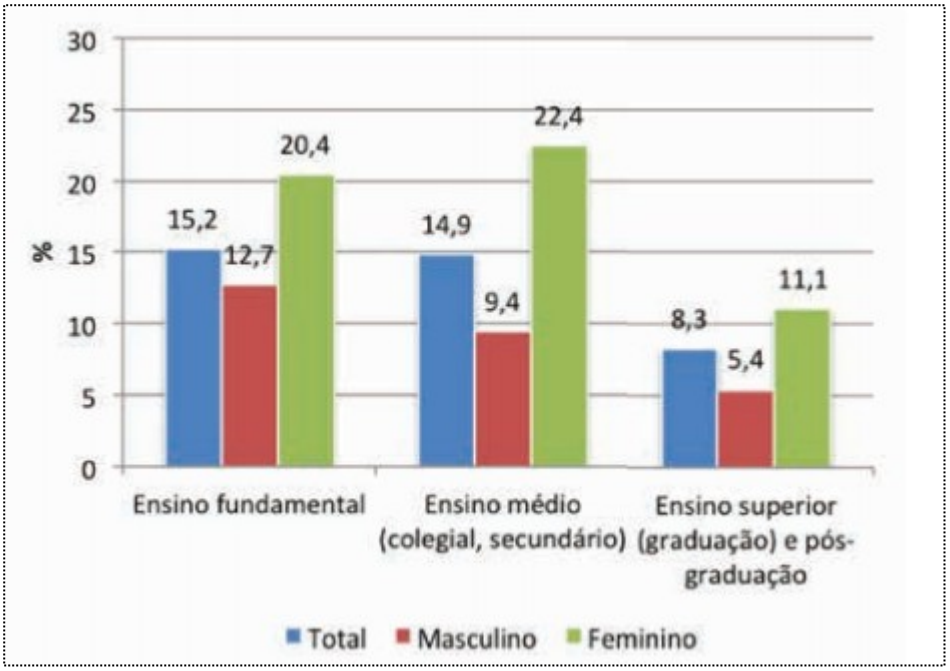

Gráfico 8: Índices de desemprego entre jovens por nível educacional – 2013
Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório Trabalho Decente e Juventude, OIT, 2014.

Diante dos valores apresentados no gráfico acima (Gráfico 8) é nítido o quanto a educação impacta na proporção de jovens desempregados. Dentre os jovens que possuem ensino superior, 8,3% estavam desempregados no período da pesquisa, em contrapartida, dentre os jovens com apenas o ensino fundamental o percentual aumenta para 15,2% de jovens desempregados, ou seja, quase o dobro.

Diferentes parâmetros podem ser utilizados para que se entenda o quanto o estudo irá impactar na empregabilidade. De tal forma, outro parâmetro muito significativo para que se realize está análise é a distribuição da população ocupada por escolaridade. A tabela a seguir corrobora com a afirmação de que indivíduos com maior qualificação irão aumentar seu grau de empregabilidade:

Tabela 11: Distribuição da população ocupada por escolaridade, Brasil, 2009 e 2013

Anos de estudo	2009 (%)	2013 (%)	2013 (em milhões)	Var (pontos perc) 2009/2013
Sem instrução e menos de 1 ano	7,8	7,1	6,8	-0,7
1 a 3 anos	8,9	6,7	6,5	-2,2
4 a 7 anos	22,7	19,4	18,6	-3,3
8 a 10 anos	16,7	17,0	16,3	0,3
11 anos ou mais	43,7	49,4	47,4	5,7

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório *Trabalho Decente e Juventude,* OIT, 2014.

Os obstáculos enfrentados pelos jovens na busca pelo emprego são muitos, e de acordo com a mesma pesquisa (*Trabalho Decente e Juventude,* OIT), os principais obstáculos para a conquista do emprego entre os jovens são representados na seguinte tabela:

Tabela 12: Desempregados por principais obstáculos para arrumar um emprego, por sexo (%).

	Total	Masculino	Feminino
Não tenho suficiente experiência de trabalho	30,0	28,8	31,0
Não há suficientes postos de trabalho disponíveis	16,9	16,0	17,6
Os requisitos do emprego eram maiores que a educação/ formação	15,7	18,9	13,0
Acham que sou muito jovem	11,6	10,4	12,7
Horário de trabalho não compatível com escola/ carga horária	4,0	2,4	5,3
Condições ruins de trabalho nos postos disponíveis	3,4	3,3	3,5
Preconceitos e discriminação	2,4	2,3	2,5
Remuneração baixanos postos disponíveis	2,3	3,0	1,6
Não sabia como ouonde procurar emprego	2,1	3,0	1,3
Responsabilidades familiars	1,3	0,0	2,4
Falta de documentos	0,9	2,0	0,0
Não tem quem cuidar dos filhos/ falta creche	0,7	0,6	0,8
Localização do trabalho/ distância da residência	0,5	0,5	0,5
Muita concorrência na area	0,5	0,0	0,8
Timidez	0,4	0,5	0,3
Outros	1,7	1,5	1,9
Nenhum	4,8	6,2	3,7
Não respondeu	0,8	0,4	1,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: TET Brasil, 2013. Elaboração: Relatório *Trabalho Decente e Juventude,* OIT, 2014

Entre os principais obstáculos para arrumar um emprego citados pelos jovens desempregados, tem-se que a falta de experiência suficiente foi relatada por quase um terço dos participantes da pesquisa (30%), seguida da ausência de postos de trabalho disponíveis (16,9%), dos requisitos exigidos serem maiores que a educação/formação (15,7%) e de serem considerados muito jovens pelos ofertantes de emprego (11,6 por cento).

As informações dispostas na Tabela 12 refletem o quanto a informação e a educação é fator crucial para inserção do jovem no mercado de trabalho. Os três principais obstáculos para arrumar emprego citados pelos jovens somam 62% de todos os obstáculos apontados pela pesquisa e são eles: *Não tenho suficiente experiência para o trabalho*; *Não há suficientes postos de trabalho disponíveis* e *Os requisitos de emprego eram maiores que a educação/informação*. Diante de tais resultados fica nítido o abismo entre educação/formação e emprego. Porém para o entendimento do real problema na inserção no mercado de trabalho dos jovens, tais aspectos serão analisados de forma separada.

O obstáculo mais citado pelos jovens "*Não tenho suficiente experiência para o trabalho",* reflete claramente o quanto o ingresso no mercado de trabalho por parte dos jovens é injusto, pois, se os mesmos estão ingressando no mercado de trabalho, como é possível que seja exigida uma experiência prévia por parte dos candidatos? A experiência profissional exigida pelos empregadores torna a busca pelo primeiro emprego muito dificultosa, principalmente quando está busca está relacionada a empregos que não sejam precários, onde a experiência profissional prévia é torna-se uma diferencial ainda mais importante no currículo.

Uma pesquisa realizada em Porto Alegre-RS, disponibilizada em Camara e Sarriera (2016), onde foram selecionados profissionais responsáveis pela contratação de jovens de empresas das áreas da indústria, comércio e serviços, contribui para o entendimento do quão importante é a experiência profissional no currículo do jovem. As empresas selecionadas para a pesquisa foram retiradas de uma listagem fornecida pelo SINE/Adolescente, onde foram aceitas apenas empresas que possuem contratos de trabalho com os jovens desconsiderando os vínculos de estágio. A pesquisa começa demonstrando justamente os aspectos relevantes da experiência e trabalho, os resultados foram dispostos na seguinte tabela:

Tabela 13: Aspectos relevantes na experiência de trabalho (%)

Aspectos relevantes da experiência de trabalho	Sim		Não		Não responde		Total
	f	%	*f*	%	*f*	%	*f*
Experiência na função	89	**50,0**	79	44,4	10	5,6	178
Experiência geral de trabalho	115	**64,6**	51	28,7	12	6,7	178
Preferível não ter experiência	48	27,0	**113**	70,2	17	9,6	178

Fonte: Camara e Sarriera, 2001.

Dos recrutadores pesquisados, quando questionados se a "Experiência na função" é relevante, 50% apontaram que sim. Quando questionados a respeito do candidato ter "Experiência geral de trabalho", 64,6% dos participantes afirmaram que sim. Por outro lado, quando a hipótese levantada pela pesquisa foi de ser "Preferível não ter experiência", apenas 27% dos recrutadores afirmaram que preferem candidatos sem experiência alguma na função que ira atuar. Os dados iniciais da pesquisa nitidamente corroboram com a ideia de que hoje a experiência profissional na função que o funcionário irá exercer é um fator primordial.

Devido à deste aspecto, muitos jovens sem experiência profissional na função são obrigados a aceitarem os trabalhos precários, que não irão apresentar uma projeção de carreira, ou mesmo uma experiência profissional que favoreça a obtenção de um emprego melhor.

Neste contexto (CAMARA; SARRIERA, 2001) afirmam que é necessário considerar que, em função da própria faixa etária, o jovem apresenta pouca ou nenhuma experiência profissional, além disso, normalmente estes jovens apresentam apenas experiências precárias de trabalho, como trabalhos temporários ou esporádicos. Desta forma, muitas vezes estas experiências precárias podem até mesmo chegar a ter um peso negativo no momento da contratação.

Este problema torna-se ainda mais grave quando analisamos as experiências profissionais que a escola oferece hoje aos alunos. A qualidade da educação oferecida pelo sistema escolar é questionável, e muitas vezes não é compatível às novas exigências de uma formação profissional adequada. Muitas vezes a escola se situa à parte da realidade do que será encontrado pelos alunos futuramente nos empregos. A escola tornou-se tão ineficiente em termos de recursos educacionais, que muitos jovens resolvem abandona-la, partindo em busca de experiências mais concretas no mundo do trabalho (CAMARA; SARRIERA, 2001).

Junior (2009) ressalta que a dinâmica excludente do mercado de trabalho vem desvalorizando os benefícios trazidos pela educação e atinge, principalmente, os jovens de baixa renda e menor escolaridade. Este fator demonstra que, apesar das políticas públicas educacionais terem aumentado a permanência dos jovens na escola, não podemos observar benefícios nítidos na inserção destes jovens no mercado de trabalho, ou seja, passam mais anos estudando, porém a empregabilidade não aumenta.

Monteiro e Vale (2011) afirmam que no contexto social contemporâneo, o primeiro emprego tornou-se fator de fundamental importância para a realização dos projetos de vida dos jovens e, de forma ainda mais profunda, para a construção de suas identidades. Além disso, o primeiro emprego irá proporcionar aos jovens um maior acesso aos bens de consumo e aspectos culturais, fatores que irão contribuir e impactar na formação da identidade do indivíduo. Desta forma, a não inserção do jovem no mercado de trabalho devido à sua falta de experiência profissional não interfere apenas no desemprego do indivíduo, mas também na construção de sua identidade. O primeiro trabalho é visto hoje na sociedade como uma experiência de importância inestimável no desenvolvimento do indivíduo, e consequentemente a dificuldade para conquista do primeiro emprego torna-se um grave problema na vida destes jovens.

O segundo maior obstáculo para a obtenção do emprego para os jovens foi um aspecto amplamente abordado no presente estudo: *Não há suficientes postos de trabalho disponíveis.* Conforme discutido anteriormente, a degradação dos postos de trabalho é preocupante no Brasil. Os dados do emprego e desemprego analisando anteriormente corroboram para a ideia de que o mercado de trabalho não tem produzido novos postos de trabalho sequer para reduzir o que se chama de estoque de desempregados, isto é, a parcela da população economicamente ativa que já procura trabalho e não encontra ocupação.

O terceiro maior obstáculo para obtenção do emprego para os jovens foi: *"Os requisitos de emprego eram maiores que a educação/informação"*. Além de não possuírem experiência profissional no emprego que almejam, os jovens estão cada vez menos preparados e possuem cada vez menos oportunidades para qualificação profissional. O Ministério da Educação (MEC) anunciou que em 2015 a oferta de vagas no Pronatec cairá 60% e o número de novos contratos do Fies já caiu quase 50% no primeiro semestre do ano em comparação ao mesmo período de 2014. Estes dados demonstram que a já dificultosa inserção dos jovens no mercado de trabalho ainda irá piorar.

Os dados do MEC mostram que de um ano para outro a quantidade de jovens qualificados caiu pela metade. Consequentemente, os jovens que ficaram à margem da

oportunidade de qualificação, ou estão desempregados, ou provavelmente aceitaram trabalhos precários para possuir uma renda. Santos e Gimenez (2015) afirmam que a piora do emprego e da renda das famílias num cenário de estreitamento das políticas públicas e da proteção social tende a impulsionar de forma mais intensa a procura de emprego por parte dos jovens brasileiros. Esses, mais necessitados e menos protegidos, estarão diante de um mercado de trabalho em regressão.

Trevisan e Veloso (2007) afirmam que curiosamente ocorre a carência e ociosidade no preenchimento dos postos de trabalho de qualidade, com isso observa-se o desemprego de mão-de-obra jovem e concomitantemente a busca de novos talentos do operacional ao executivo nas organizações. Ainda Trevisan e Veloso (2007) retratam que há um histórico de tensões entre o paradigma organização escolar e mercado de trabalho, e segundo os autores, a formação profissional torna-se um filtro destas tensões, tanto na escola quanto nas empresas.

CONCLUSÃO

Este estudo empreendeu uma análise ampla sobre os fatores que influenciam na inserção dos jovens no mercado de trabalho. Para isso, foi previamente necessário o entendimento das mudanças no trabalho e sua configuração na sociedade atual, assim como sua evolução histórica. O trabalho e as relações de trabalho impactam o ser humano desde a antiguidade e hoje assume um papel primordial na sociedade, pois interage também com a formação da identidade dos indivíduos.

A evolução do trabalho na sociedade interage também com a evolução do sistema capitalista e da economia no mundo, inclusive, marcos históricos da evolução do trabalho e do sistema capitalista ocorreram de forma simultânea. Foi durante a Primeira Revolução Industrial, marco da evolução do trabalho na sociedade, que o Capitalismo Comercial, pautado diretamente pelo comercio entre especiarias ou bens manufaturados entre os países, evolui para o Capitalismo Industrial, evidenciando um exemplo clássico desta evolução simultânea.

Constantes mutações ao longo dos anos resultaram no que é hoje o trabalho e o capitalismo na sociedade, e algumas destas mutações foram de alto impacto e relevância. É o caso do Sistema Toyota de Produção, ou, *toyotismo*. Com este novo conceito produtivo, a fabricação dos produtos passou a ser focada em qualidade e eficiência, produzindo sempre de acordo com a demanda, ou seja, uma produção flexível.

Esta flexibilidade na produção passa a interagir também com as relações de trabalho de uma forma jamais vista, e conforme abordado por Sennett (1999), as exigências relacionadas com as qualidades que um trabalhador deve possuir também mudaram. Desta forma passou-se a exigir que os trabalhadores estejam sempre abertos a mudanças de curto prazo e assumam riscos continuamente.

Diversos aspectos do trabalho foram deteriorados pela flexibilização e pela evolução tecnológica. As relações de trabalho entre empresa e funcionário apresentam transformações importantes. Jornadas rígidas de trabalho, de 35 a 40 horas semanais em expediente integral, passam a perder espaço para a liberdade e flexibilidade nos horários de trabalho. Além disso, o local de trabalho físico e limitado às dependências da empresa perde espaço para o *home-office.*

Em contrapartida, a ampla flexibilização nas relações de trabalho também impacta no enfraquecimento do contrato de trabalho e muitos trabalhadores ficam desprovidos da proteção dos benefícios sociais trabalhistas e estabilidade no emprego.

Atualmente muitos estudos discutem se evolução tecnológica está diminuindo os postos de trabalho no mundo. Conclui-se que não existe uma verdade absoluta sobre este questionamento. Alguns autores defendem que a evolução tecnológica tem diminuído os postos de trabalho e que a tecnologia operacional na indústria visa poupar a mão-de-obra nas empresas. Em contrapartida outros autores defendem que diversos postos de trabalho têm de ser criados para que seja inventada uma nova tecnologia. Ainda sobre o mesmo tema, há defensores da ideia de que está analise deve ser realizada de maneira setorial, e não global, pois o fenômeno de redução ou aumento dos postos de trabalho pode variar de acordo com aspectos socioeconômicos e cada país ou região.

Diante do novo mercado de trabalho, onde são exigidos novos requisitos para a contratação de um profissional, em um mundo flexível e dinâmico, estão os jovens, buscando pela primeira oportunidade em um mercado de trabalho complexo e competitivo.

O jovem atual se diferencia em diversos aspectos dos jovens das gerações passadas. O conceito inicial de juventude, que significava a idade situada entre a infância e a fase adulta e hoje é facilmente questionável na atualidade. Porém, no início do século XX, a juventude ainda não possuía sequer uma existência social, pois os indivíduos passavam diretamente da condição de criança para a condição de adulto, sendo que esta transição era geralmente marcada pelo casamento. As alterações na sociedade moderna minimizaram a importância do casamento e dificultaram a denominação da juventude como um grupo social que se inicia após a infância e tem seu fim na união estável.

Portanto, para estabelecer um padrão nas analises, a classificação de juventude abordada neste estudo está de acordo com a PEC da Juventude aprovada pelo Congresso Nacional, em Setembro de 2010, e o Estatuto da Juventude sancionado em 2013. Portanto, considera-se jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos de idade.

Da mesma forma que se tornou complexo classificar a juventude em uma faixa etária, também é complicado analisar esta classe de uma forma global, portanto, o presente estudo relata os principais aspectos exclusivos da população jovem Brasileira.

A população jovem possui diferentes aspectos sociais nos mais diversos países e regiões. De acordo com o Relatório Trabalho Decente e Juventude (2014) da OIT, até 2014, 40% da população jovem brasileira está situada na Região Sudeste. Os jovens brasileiros são

na maioria pardos (43,6%), seguidos por Brancos (34,1%) e Pretos (14,2%). Dos jovens brasileiros, 99,9% já frequentou a escola, e os principais motivos para a evasão escolar são os estritamente econômicos, como a necessidade de trabalhar e gerar renda para a família.

A classificação do jovem da atualidade como Geração Y foi questionada neste estudo, e como resultado da pesquisa fica nítido que o conceito de Geração Y não representa toda a classe jovem brasileira. Se assumirmos a Geração Y como a classe jovem atual, temos de aceitar que todos os jovens estão imersos na tecnologia e na globalização, porém é sabido que a muitas das redes públicas de educação no Brasil não oferecem sequer um computador ou internet para os estudantes.

Historicamente o Brasil apresenta diversos problemas resultantes do baixo investimento na educação e as políticas públicas destinadas a este tema são questionáveis. O investimento em educação das escolas públicas e privadas não se desenvolveu de forma igualitária no Brasil. Enquanto que as escolas privadas demonstram alto grau de investimento em educação, as escolas públicas são recordistas de péssimos desempenhos escolares.

Programas como PROUNI e FIES contribuíram para uma diminuição da desvantagem educacional pública, porem o investimento em educação no Brasil ainda está aquém de uma abrangência nacional relevante. Dados comparativos da PNAD Contínua demonstram uma tímida evolução positiva no total de anos de estudo dos jovens brasileiros, entre os anos de 2006 e 2013. O total de anos estudados pelos jovens é expressivamente maior nas famílias com maior renda domiciliar per capita, resultando em média 3,5 anos a mais de estudo para os jovens com maior renda, quando comparados com jovens de menor renda.

Em conjunto com as disparidades do investimento na educação dos jovens, outras questões educacionais também influenciam a inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Na era da informação, diversos fatores passam a impactar a educação dos jovens e o tradicional método de ensino nas escolas e universidades começam a se transformar.

Este estudo também concluiu que o objetivo do ensino médio brasileiro é controverso. Alguns autores afirmam que o ensino médio deve ser um espaço de convivência entre gerações e evolução dos jovens como cidadãos. No entanto, presenciamos hoje no Brasil um ensino médio pautado por seleção e competição, com um objetivo predominante: passar no vestibular.

Além dos problemas educacionais, o expressivo aumento populacional jovem contribui proporcionalmente para o aumento do desemprego dentre os jovens na atualidade brasileira. Somente a partir dos anos de 1990 que a relação juventude e trabalho passou a ter maior notoriedade perante as políticas públicas nacionais.

A taxa de desocupação total aumenta expressivamente no Brasil nos últimos anos, e esta realidade se estende para os jovens. O índice de desemprego entre os jovens por nível educacional é maior nos jovens com menos qualificação. Dessa forma, muitos jovens estão deixando de procurar emprego e continuam sem estudar, são os chamados de "*nem nem*", pois nem estudam, nem trabalham.

Este estudo converge para o objetivo final de diagnosticar quais são hoje os principais obstáculos que os jovens brasileiros enfrentam para a conquista do primeiro emprego. Importantes pesquisas refletem tais obstáculos e evidenciam uma preocupante realidade da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.

A pesquisa realizada pela OIT, com jovens brasileiros de 15 a 29 anos, apontou que a exigência de experiência prévia no trabalho almejado é hoje o maior obstáculo encontrado, chegando ao total de 30% dos jovens pesquisados. Em seguida, o maior obstáculo apontado foi a ausência de postos de trabalho disponíveis, que representa 16,9% dos jovens. O terceiro maior obstáculo mencionado pelos jovens foi que os requisitos exigidos para contratação são maiores que a educação/formação, representando 15,7%. Este cenário evidencia o quanto a educação é primordial para a inserção no mercado de trabalho, pois, quase 50% dos principais obstáculos estão diretamente ligados com educação e formação.

Outra pesquisa selecionada para a análise deste tema foi uma pesquisa realizada em Porto Alegre-RS, onde foram selecionados profissionais especializados em recrutamento e seleção de profissionais. Dos recrutadores selecionados para a pesquisa, 50% apontam que uma experiência previa na função que irá exercer é um fator relevante e 64% dos pesquisados afirmam que é importante ter experiência geral de trabalho.

A conclusão deste estudo é que a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho não é adequada e está cada vez mais dificultosa. Os principais dados apontados pela pesquisa convergem para uma preocupante realidade na inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Os jovens brasileiros não dispõem de uma educação adequada, possuem menos anos de estudo do que deveriam e menos oportunidade para se qualificar. Contraditoriamente, concorrem pelas vagas de emprego em um mercado que exige experiência previa na função e ou em algum trabalho no geral. O resultado catastrófico é nítido ao observarmos o alto índice de desemprego jovem. Programas como o PROUNI e o FIES se configuram como importantes ferramentas para a diminuição do desemprego jovem, porém as recorrentes crises econômicas também afetaram tais programas e enquanto os investimentos não forem retomados, os jovens brasileiros continuarão como protagonistas do desemprego nacional. Contudo, além de educação e informação, o jovem que pretende iniciar

a vida profissional terá de lidar com a flexibilização nas organizações, onde é exigido que sejam ágeis e que estejam sempre abertos a mudanças repentinas, assumindo riscos continuamente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. V. *Política pública, juventude e educação: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens na perspectiva dos atores envolvidos. 2011.* Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, 2011.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* 11. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *A nova morfologia do trabalho no Brasil.* Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2012.

APPOLINÁRIO, F. *Dicionário de Metodologia Científica.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 295.

CAMARA, S. G.; SARRIERA, J. C. *Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: perspectiva dos empregadores.* Psicol. estud., Maringá , v. 6, n. 1, p. 77-84, 2001.

CARLEIAL, L. M. da F. *Política Econômica, Mercado de Trabalho e Democracia*: O Segundo Governo Dilma Rousseff. Estud. AV., São Paulo , v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015.

CARVALHO, R. L. *Casa, comida e roupa lavada:* fatores associados à saída do jovem Brasileiro do domicílio de origem. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Urbano - Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2009.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 2008.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAHAD, J. P. Z. *Tendências recentes no mercado de trabalho:* pesquisa de emprego e desemprego. São Paulo Perspec., São Paulo , p. 205-217, 2003 .

CLARKE, S. *Crise do fordismo ou crise da social-democracia?*. Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 117-150, 1991.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003.

DIEESE. *Boletim Emprego em Pauta.* Número 0 - maio de 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2016/boletimEmpregoEmPauta.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DUFOUR, D. R. *A arte de reduzir as cabeças:* sobre a servidão na sociedade ultraliberal. Tradução Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2005.

ENGELMANN, D. C. *O futuro da gestão de pessoas:* como lidaremos com a Geração Y?. 2009. Disponível em: <http://www.rh.com.br> Acesso em: fev. 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, 1995.
HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HENRIQUE, W. *O capitalismo selvagem*: um estudo sobre desigualdade no Brasil. 1999. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

HOBSBAWN, E. J. *A era dos extremos:* O breve século XX (1914/91). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBSON, J. A. *A evolução do Capitalismo Moderno. Um Estudo da Produção Mecanizada.* São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

JUNIOR, P. R. da S. *A construção da identidade de jovens pobres que participam da lei da aprendizagem do tem e suas relações com a visão de juventude que orienta as políticas de inserção profissional juvenil.* Anteprojeto de Mestrado em Psicologia Social. UFMG. Belo Horizonte, 2009.

KUNTZ, A. P. *Entendendo as Gerações X e Y.* São Paulo, 2009. Disponível em: http://vocesa.abril.com.br/desenvolva-sua-carreira/materia/entendendo-geracoes-x-y-

LOMBARDIA, P. G. *Quem é a geração Y?* HSM Management, n.70, p.1-7. set./out. 2008.

LUCIO, C. G.; SOCHACZEWSKI, S. *Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional.* Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 64, p. 104-129, 1999.

MARTINS, H. H. T. de S. *Metodologia qualitativa de pesquisa.* Educ. Pesqui., São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Agosto, 2004 .

MATTOS, F. A. M. de. *Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho.* Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69-85, 2015.

MATTOSO, J. *Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa.* São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 3, p. 115-123, Julho, 2000.

MELO, S. L. de; BORGES, L. de O. *A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem*. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 27, n. 3, p. 376-395, 2007.

MELLO, J. L. *Transições para a vida adulta: Os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. *Contemporaneidade, educação e tecnologia*. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1037-1057, 2007.
MORIN, E. *Cultura e barbárie européias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

NAKATANI-MACEDO, C. D. et al. Decomposição estrutural da variação do emprego nos setores industriais no Brasil entre os anos de 2000 e 2009. *Rev. econ. contemp.,* Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 235-260, 2015.

NEVES, C. E. B. *Desafios da educação superior.* Sociologias, Porto Alegre, n. 17, p. 14-21, Junho 2007.

NOGUEIRA, A. J. F. M. *Gestão estratégica das relações de trabalho.* As pessoas na organização. São Paulo: Ed. Gente, 2002.

_____. *Teoria geral da administração para o século XXI.* São Paulo: Ática, 2007.

_____. *As relações de trabalho em uma empresa global:* um novo paradigma ou neocorporativismo? Cad. CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 581-600, 2009.

OLIVEIRA, S. *Geração Y:* Era das Conexões, tempo de Relacionamentos. São Paulo: Clube de Autores, 2009.

OLIVEIRA, T. D.; GOLGHER, A. B.; LOUREIRO, P. M. Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens Brasileiros entre 2003 e 2011: uma análise de entropia. *Rev. bras. estud. popul.,* São Paulo, v. 33, n. 1, p. 31-52, 2016.

PICANÇO, F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: 145-181, 2015.

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego:* as expectativas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. *A economia Brasileira na segunda onda da globalização capitalista.* São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil – Copyleft, 2016. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2088>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RADIO ONU. *OIT:* desemprego global de jovens vai atingir 71 milhões em 2016. In: *Radio das Nações Unidas em Nova York*. Publicado em: 24.08.2016. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/08/oit-desemprego-global-de-jovens-vai-atingir-71-milhoes-em-2016/#.WIaRddJhnDd>. Acesso em: 12 set. 2016.

RBA – Rede Brasil Atual. *Falta de Experiência:* Maior impacto do desemprego é sobre a juventude', alerta Dieese. Publicado em: 25.02.2016. Disponível em: < http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/02/juventude-e-a-mais-afetada-com-o-desemprego-alerta-dieese-4576.html>. Acesso em: 14 out. 2016.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos:* o continuo crescimento do desemprego em todo o mundo. M. Books do Brasil Editora, 2004.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. *Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

ROSSI, T.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. *A questão do desemprego no Brasil*. *IX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica* e *V Encontro Latino Americano de Pós-Graduação*, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-115.PDF>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANTOS, A. L. dos; GIMENEZ, D. M. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho.* Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter.* Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio/São Paulo, Record, 1999.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico.* São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA, T. C. A. de. *Caráter e trabalho no novo capitalismo.* Soc. Estado., Brasília, v. 17, n. 1, p. 213-218, 2002.

SOCHACZEWSKI, S. *O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa.* Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 75, p. 281-288, 2012.

TAPSCOTT, D. *Geração Digital*: A Crescente e Irreversível Ascensão da Geração Net. São Paulo: Makron Books, 1999.

TEIXEIRA, A. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 50. n. 111. p. 21-81, 1969.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. de. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. *Rev. adm. empres*., São Paulo, v. 25, n. 4, p. 65-72, 1985.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. Costa. *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.* Econ. soc., Campinas, v. 21, p. 909-941, 2012.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. São Paulo: *Revista de Sociologia da USP*. Tempo Social, Volume 18, 2006.

TOMAZETTI, E. M.; SCHLICKMANN, V. *Escola, ensino médio e juventude*: a massificação de um sistema e a busca de sentido. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 2, p. 331-342, 2016.

TREVISAN, L.; VELOSO, E. Gestão de competitividade e políticas públicas de formação de mão-de-obra: o caso Centro Paula Souza. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 887-908, 2007.

VELASCO, E. G. *Juventudes e políticas públicas de trabalho no Brasil*: a qualificação profissional e a tensão entre preferência e individualização. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2012.